



**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 15-12-23**

ACTA N.º 14

----- Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, secretariado pelas senhoras Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Lúcia Dias Abelha, primeira e segunda secretária, respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Ricardo José Pires Antunes, António Manuel Henriques Miguel, Pedro Miguel Calado Gomes e Ana Cristina Jesus Almeida Coelho. -----

----- **Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----

Maria Paula Barral Carloto de Castro, Maria João Gil dos Santos Grácio, Carlos Manuel Dorés Alves, Susana Paula Matos Vieira Cruz, Telmo Alexandre Guerra Menino, Palmira Maria Lopes Pereira e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

----- **Em representação Independente**, os senhores: -----

Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro e Fernando Manuel Andrade Farinha. -----

----- **Em representação do Partido Chega**, a senhora: -----

Carla Sofia Lopes Sarroeira. -----

----- **Em representação da Coligação Democrática Unitária**, o senhor: -----

Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento e Melo. -----

----- **Em representação do Centro Democrático Social – Partido Popular**, o senhor: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

----- **Em representação do Bloco de Esquerda**, a senhora: -----

Maria do Céu dos Santos Carvalho. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor: ---

Rui Cardoso Maurício. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, o Senhor Presidente, Jorge Manuel Alves de Faria, a senhora Vice-Presidente, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim e os Vereadores, senhores, Carlos Amaro, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Anabela Valente de Carvalho e Rui Pedro Dias Gonçalves. -----

----- **O Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram vinte e uma horas e quatro minutos. -----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia** cumprimentou todos os presentes, bem como os funcionários que se encontram a dar apoio à sessão e todos aqueles que nos seguem via on-line.

----- Foi dada a palavra à primeira secretária da Assembleia, Dr.^a Fernanda Alves, que procedeu à leitura dos elementos, já anteriormente empossados, que se encontram a substituir os deputados que requereram substituição por período inferior a trinta dias: -----

----- **Telmo Alexandre Guerra Menino**, substituiu o deputado Dominique Gaspar Ventura, do Partido Social Democrata, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -

----- **Carlos Manuel Dorés Alves**, substituiu o deputado Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

----- **Maria João Gil dos Santos Grácio**, substituiu o deputado Tiago Nuno Alfaro de Lima Pereira, do Partido Social Democrata, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

----- **António Manuel Henriques Miguel**, substituiu o deputado Francisco José Velez Gaspar, do Partido Socialista, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

----- A Senhora **deputada Paula Carloto**, interveio para informar que faltava a substituição do deputado Leonardo de Pinho Rodrigues, referindo que o mesmo tinha enviado mail a solicitar a substituição, no dia sete de dezembro. -----

----- Acontece que aos Serviços da Assembleia Municipal, esse e-mail nunca chegou, pelo que não foi efetuada nenhuma substituição atempadamente. Após nova verificação no e-mail da Assembleia Municipal, não se encontrou o e-mail do senhor deputado Leonardo, pelo que foi efetuada análise ao e-mail, reencaminhado pelo deputado Leonardo Rodrigues à senhora deputada Paula Carloto, onde se verificou que o endereço de e-mail da Assembleia Municipal não se encontrava corretamente digitado, pelo que este não chegou ao conhecimento da Assembleia Municipal. -----

----- Assim, após análise ao assunto, o Senhor Presidente aceitou o pedido de substituição, solicitando que o respetivo e-mail fosse reencaminhado para os serviços da Assembleia. -----

----- O elemento imediatamente a seguir na lista, foi contactado pela senhora deputada Paula Carloto, para estar presente em substituição do deputado Leonardo Rodrigues. -----

----- **Palmira Maria Lopes Pereira**, substituiu o deputado Leonardo de Pinho Rodrigues, do Partido Social Democrata, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -

----- Entrou-se de imediato no Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a Ata n.º 13, à apreciação e posterior votação. -----

ACTA NÚMERO TREZE: -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes:** -----

----- Boa noite a todos. Boa noite aos funcionários que nos acompanham aqui hoje, às pessoas que nos acompanham lá em casa e, naturalmente, a todos os membros do Executivo, à Mesa e a todos os colegas deputados que fazem parte desta Assembleia. -----

----- Para já, queria saudar a melhoria qualitativa daquilo que são os conteúdos das atas. Todavia, e tendo em conta que ela foi enviada no dia onze e em tempo, mas só tive possibilidade de verificar algumas coisas no decorrer do dia de hoje. Mas são apenas pequenas correções de construção frásica, eu partilhei convosco e se entenderem pertinente, ou então questões como pequenas gralhas em vez de mediana/mediada, em vez de equipamento/aprofundamento. São apenas pequenas coisas deste género que vêm do facto da intervenção não estar escrita, de não a ter disponibilizado. Eu enviei por e-mail, nada que alterasse o conteúdo, só mesmo para corrigir aqui algumas gralhas que estavam colocadas. -----

----- Uma vez que ninguém se manifestou em relação ao pedido de correção das pequenas gralhas, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ata n.º 13 treze à votação, com as correções propostas pelo Senhor Deputado Ricardo Antunes. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO TREZE: -----

----- A Ata número treze foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Processo Administrativo (CPA). -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia:** Mais uma vez recordar, ainda por cima hoje temos uma ordem do dia com pontos longos; vamos ter também o Sr. Comissário para fazermos uma introspeção sobre segurança e, mais uma vez, peço que sejamos concisos e o mais objetivo possível. -----

----- Recordo que todas as intervenções, declarações de voto e aquilo que leem, deverá ser enviado para os serviços da Assembleia, de forma a facilitar a elaboração da ata e tornar esta o mais fiel possível sobre o que é dito na Assembleia. -----

----- Se alguém do público, quiser intervir, poderá fazê-lo, dirigindo-se à funcionária para preenchimento do impresso de inscrição prévia e do preenchimento da declaração sobre a reserva dos dados pessoais. -----

----- Recordo ainda que, de acordo com o nosso Regimento, as deliberações são aprovadas em minuta. Faz parte do Regimento, n.º 12, artigo 34.º. -----

----- Quanto ao expediente recebido, como é habitual, é de imediato reencaminhado para conhecimento. -----

----- Quero ainda referir que nós temos de fazer a substituição da senhora deputada Fernanda Alves na CPCJ. Portanto, na próxima sessão de fevereiro, vamos ter de eleger alguém que faça essa substituição. -----

----- Para não fazer perder muito tempo ao Sr. Comissário, quero agradecer-lhe a presença nesta Sessão. Obrigado por ter vindo, obrigado pela sua disponibilidade. -----

----- Como foi definido já à cerca de um ano e assente na Comissão Permanente, gostaria que o Sr. Comissário Nuno Ponciano fizesse um breve balanço das questões da segurança, relativamente ao balanço que foi feito há um ano. -----

----- Após a sua intervenção, darei a palavra a um deputado de cada bancada, para que coloquem uma questão, que gostaria que o senhor Comissário desse resposta. -----

----- Foi dada a palavra ao **Comissário da Polícia de Segurança Pública, Sr. Nuno Ponciano:** Com a sua permissão, aproveito para cumprimentar todos os presentes. -----

----- Estou aqui numa situação que se torna um pouco estranha, porque tenho uma Esquadra que contempla, como a Assembleia sabe, um conjunto de valências com alguns polícias e que temos de dar, no fundo, resposta a tudo aquilo que nos é solicitado. -----

----- Posso começar aqui já a fazer uma análise que não é tão superficial assim. É uma análise que são os dados que temos a nível nacional, em comparação com o ano passado, que foi aquilo que eu solicitei às operações do meu comando. E, em matéria criminal, não posso dizer que as coisas melhoraram muito. Teve aqui algum agravamento, embora também tivesse algumas reduções. Tenho de dizer que nos crimes contra a integridade física, houve um melhoramento. A sociedade compreendeu que não deveria andar em altercações. -----

----- Houve uma redução no crime de 100, no ano passado, para 88 este ano. Estes são os dados até ao dia 10 de dezembro. -----

----- No fundo, houve uma redução, significativa, no crime contra as pessoas. Uma redução de menos 4%. -----

----- Quanto à liberdade pessoal, houve uma redução de 13%; -----

----- Quanto à determinação sexual, que engloba a violação, abuso sexual de crianças, adolescentes, genocídio, pornografia e por aí adiante, houve efetivamente um aumento, de 3 no ano passado, para 9 este ano; -----

----- Crimes contra a honra, também houve um aumento de 2 crimes; -----

----- Crimes contra a reserva da vida privada, violação de domicílio, devassa da vida privada, violação de segredo por meio informático, houve também um aumento de 12 crimes; -----

----- Crimes contra o património, que é aquele que nos assusta mais, que cria mais o sentimento de insegurança na cidade, efetivamente, houve um aumento exponencial de 141 crimes a mais; -----

----- Crimes contra a propriedade, também houve um aumento exponencial de 112 crimes, do ano passado para este ano. -----

----- Depois, os restantes crimes, são residuais: furto de metais não preciosos, furto de produtos agrícolas, furtos em área de residência, aqui houve um aumento de 11 crimes. Mas de resto anda ali pelos 1, 2, 3 a mais. Talvez aqui no roubo em transportes públicos, houve um aumento de 100%. Foi 1, porque o ano passado não houve. E danos, um aumento de 19. -----

----- Nos crimes contra a família, houve um aumento também bastante elevado. Estamos com 67 crimes de violência doméstica na cidade do Entroncamento; -----

----- Nos crimes contra a autoridade pública, tivemos um aumento de 5. Desobediência, resistência e coação sobre o funcionário. -----

----- Por último, a parte reativa, a parte que importa também saber-se, porque não é só aquilo que existe de uma forma negativa, há também que contemplar a reação da polícia face a estes fenómenos que, não considero trágicos, mas são fenómenos preocupantes. É a reação. -----

----- A Esquadra do Entroncamento, em detenções, conseguiu realizar 67. Desde detenções de falta de carta (mais elementar), detenções por excesso de álcool, mas também várias detenções, em número de 4, por tráfico de droga. Nunca abandonámos esse paradigma, que é um problema real e é um problema que existe. Como sabem, têm sido apreendidos alguns quilos aqui pela cidade do Entroncamento. Não são publicitados por razões óbvias, mas também têm sido apanhados em menos quantidade. Mas há uma luta que não cessa por parte da polícia ao tráfico de droga, bem como às ilegalidades que ocorrem na cidade. -----

----- Como recordei no Conselho Municipal de Segurança, o Entroncamento, nos últimos vinte anos, dobrou a população. E dobrando, existem mais pessoas que, eventualmente, podem cometer crimes, da mesma maneira que existem mais pessoas a criar e procurar emprego, mais pessoas que estudam. Temos um leque muito mais alargado de cidadãos que compõem a nossa cidade, mas que, naturalmente, são cidadãos na sua plenitude, com as suas características, com as suas culturas, com a sua visão face à vida. E é com este propósito que nós todos os dias trabalhamos. -----

----- Falámos das detenções, falámos do aumento do crime, mas também temos de falar da ocupação dos polícias em matéria de pedidos externos. Toda a gente, todas as instituições, pedem à polícia trabalho. Os Tribunais, com mandados de detenção entrados, foram 42; notificações diversas, foram 613; exames e avaliações de casas, de carros de averiguações de bens, 12; inquirição de testemunhas, a pedido do Tribunal, 321; pedidos de inquirição de arguidos, 175; participações diversas, 908; arguidos pendentes, 252; mandados de detenção com sucesso, 46. -----

----- Enfim, a par disto, e mais que não vale a pena sublinhar, sempre naquela perspetiva de tentar mostrar ao Entroncamento, através da Assembleia Municipal, que a polícia não é muitas vezes o que se pensa e o que se diz. A polícia é aquilo que é. É um trabalho intenso e que considero profícuo; com excelentes profissionais que conseguem manter o equilíbrio de qualquer cidade onde se queira viver de forma aprazível. -----

----- No que concerne ao trânsito, às velocidades, etc. Bom, acidentes diversos, contamos 76 acidentes, com vítimas, 38. Tivemos um total de 114 acidentes, numa cidade com os tais vinte mil habitantes. Não duvido que continua a haver problemas com excessos de velocidade, de acelerações, etc., também sei que temos a Câmara como parceiro, que está a ajudar com as lombas, com iluminação, que também nos ajuda na segurança pública. -----

----- Relativamente à questão das contraordenações, temos feito o nosso percurso, tendo autuado no ano de 2023, 186 veículos sem inspeção, gravíssimo, isto sim, também é uma preocupação de incivilidade forte; sem seguro, 51; outros de estacionamento, álcool, etc., 984, num total de 1221 autos de notícia por contraordenações por infrações ao código da estrada e legislação avulsa sobre matéria estradal. -----

----- Veículos apreendidos – também gostava de sublinhar isto, porque eu gostaria mesmo de não apreender nenhum, era sinal que tudo corria bem, mas foram apreendidos 58 veículos, os que aceleram, os que alteram as características, os que reprovam na inspeção e continuam a circular, são apreendidos. Se eles continuam a acelerar pela cidade do Entroncamento, não deixam de estar apreendidos os veículos. A polícia fez o seu trabalho e vai continuar a fazer. Seguramente, se circularem com o veículo apreendido, serão detidos. Há um crime de desobediência. Isto não quer dizer que, cheguem do Tribunal e peguem novamente no carro. Não podemos fazer mais. E é bom que se perceba isto. -----

----- Os veículos vão continuar a acelerar, as incivildades vão continuar, mas não é culpa da polícia. Porque a polícia, nos termos da Lei e daquilo que é a sua esfera de intervenção, atua. E atua com o rigor que se impõe a qualquer força de segurança, ou qualquer instituição. -----

----- Mas não pautamos a nossa conduta, o nosso trabalho, única e exclusivamente com a parte reativa, com a receção de informação criminal. Temos também a nossa parte de prevenção, que ocupa uma parcela muito grande do nosso dia, dos nossos meses e do nosso ano, que é a parte que, para mim, é prioritária, que é a prevenção. E nós, Entroncamento, Esquadra, decidiu dividir a ação do modelo integrado de policiamento de proximidade, como foi anunciado há um ano, na presença do senhor Comandante distrital, em ações pela Escola Segura, onde fizemos 91 ação de prevenção grupal e realizamos 147 contactos individuais. E estes números são certinhos, não é a mais, nem a menos. -----

----- Relativamente ao Significativo Azul, que é extremamente importante, que diz respeito a pessoas com deficiência, fizemos apenas uma; Prevenção grupal e contactos individuais, realizámos 9; E Vozes em Segurança, ação de prevenção grupal fizemos 2 e contactos individuais fizemos 48. Quem trabalha no SAS sabe que grande parte da informação que chega sobre indigência, sobre alguma miséria, é sempre, ou quase sempre, 90%, presumo, informado pela Polícia, no nosso caso, pela Polícia de Segurança Pública do Entroncamento; Violência doméstica, nesta matéria, realizámos 67 contactos individuais, de vítimas, ou supostas vítimas.

----- Qual é o nosso projeto aqui no Entroncamento, independentemente dos parceiros que temos, para apoio aos problemas de violência doméstica? Quando é realizado uma denúncia, é uma preocupação muito grande, deve ser uma preocupação e é uma preocupação de todos nós. Quando há uma denúncia de violência doméstica, esta obedece à realização de um conjunto de expediente, nomeadamente avaliação de risco, planos de segurança, em que nos planos de segurança e na avaliação do risco, nós temos de informar, nós temos que ver qual é o resultado, se é médio, se não é médio e temos imediatamente enviar, além de todo o expediente que vai para Tribunal, para o MIP, polícias que estão normalmente nas questões sociais, para se deslocarem à casa, para falarem com as vítimas e informarem sobre todos os apoios que têm, quer a nível local, quer a nível nacional. Fazemo-lo quase todos os dias, pois como já se aperceberam, temos bastante violência doméstica e, com isto tudo, nós conseguimos, a nível do ano todo, realizar 98 ações e 356 fichas de sinalização. -----

----- Eu abordo isto de uma forma esclarecida, sei que é isto que se passa todos os dias, mas no fundo, não consigo dizer mais daquilo que é o nosso trabalho. Portanto, se o senhor Presidente me permitir, eu aguardaria por questões mais diretas, para que eu pudesse responder também de forma mais direta e não divagar sobre os assuntos, que podem ou não ser do conhecimento de todos. -----

----- Pediu a palavras o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Boa noite a todos. Boa noite, em especial ao senhor Comissário e agradecer-lhe a disponibilidade de estar aqui. Isso demonstra que, da parte de quem comanda a nossa Esquadra existe essa abertura e é de saudar e registar. –

----- Tenho aqui duas, três perguntas efetivas, rápidas e que acredito que o senhor Comissário esteja pronto para responder. -----

----- Os NPIC's, há realmente aumentos? -----

----- Há ou não capacidade efetiva para a investigação criminal na nossa Esquadra? -----

----- Dentro de um ano vamos ter os resultados destas investigações que começam nesta altura, ou necessitamos que haja um reforço efetivo nessa área? -----

----- Por fim, aproveito para saudar, em si, todo o efetivo da PSP da nossa Esquadra, que com tão fraco número de meios, tem conseguido manter esta nobre missão. -----

----- E a última pergunta, que se calhar é a mais importante de todas. Onde é que esta Assembleia o pode efetivamente ajudar para que haja um aumento de efetivos, ou aquilo que realmente necessita? -----

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Muito boa noite a todos. -----

----- Sr. Comissário, gostava de lhe dar quatro notas. A primeira, agradecer a sua disponibilidade para estar aqui a falar connosco e a dar nota dos avanços e recuos na sua atividade; -----

----- Uma segunda nota, para lhe dar os parabéns. Mais uma vez este ano repetiram uma atividade que já fizeram o ano passado e, considerando o pouco número de efetivos que têm, é de louvar que se tenham dedicado a todos os comerciantes da terra, apelando aos comportamentos que minimizem o risco, como por exemplo no fecho das lojas. E, portanto, isso é de louvar. Comigo também falaram e parabéns por isso. -----

----- Eu, eventualmente, sugiro-lhe mais algumas medidas que, na altura, não falei porque não tive ocasião e, entretanto, lembrei-me. Por exemplo, uma das questões que não falei com os seus representantes, é a de pedir aos comerciantes que deixem as luzes acesas durante a noite. Isso pode minimizar algum vandalismo nas ruas da cidade. Eu já fiz isso e tenho notado que isso pode ter alguma consequência positiva. -----

----- Por outro lado, a terceira nota, é, infelizmente, perceber que o número de criminalidade ainda não diminuiu e dar-lhe nota que, por exemplo na rua pedonal, ainda há duas noites ou três, como deve ter sabido, escreveram e grafitaram uma série de prédios e lojas por ali fora. Portanto, é nesse sentido que eu digo, por exemplo, medidas como deixar luzes acesas, pode ser, eventualmente, dissuasor destes comportamentos. -----

----- Uma última nota, era um bocadinho neste sentido, de que o colega Pedro Gonçalves já falou, que era pedir-lhe a sua opinião, o seu comentário, se existe da nossa parte, enquanto membros da Assembleia Municipal, alguma atitude, alguma atividade que nós possamos desenvolver, que possa de algum modo favorecer o aumento de efetivos, que possa ajudar na melhoria dos recursos da sua Esquadra e, portanto, em que medida é que nós, Assembleia, podemos ajuda. Aliás, reiterando uma disponibilidade que já manifestámos em momentos anteriores. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Bruno Melo**: Muito boa noite a todos. Senhor Comissário, muito obrigado pela sua presença. Faz um ano que estivemos aqui reunidos e ainda bem que pôde aceitar estar novamente connosco. -----

----- Eu trazia duas questões, mas já fez o favor de nos responder a uma delas, que são os resultados práticos. -----

----- Gostava então apenas de lhe perguntar pelos seus recursos, como estão? Estão melhor, estão pior? E se, há de facto alguma coisa que esta Assembleia possa fazer no sentido de poder ajudar o seu trabalho e podermos saber as vossas dificuldades. Muito obrigada pelo seu trabalho. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Mais uma vez boa noite. Agradecer a presença do senhor Comissário. Da última vez que nos honrou com a sua presença, talvez numa fase muito embrionária da sua liderança aqui na Esquadra do Entroncamento e em bom tempo houve ali quase que um compromisso, de seis meses depois pudermos fazer aqui um ponto de situação sobre o desenvolvimento da atividade da Polícia de Segurança Pública aqui do Entroncamento. -----

----- Eu vou começar pelo final, que é reiterar que conta com a casa do Partido Socialista e de toda a Assembleia. Aliás, isto vem até no decurso de uma iniciativa que foi conjunta, ou seja, todos nós, na função institucional que a Assembleia Municipal tem, podermos contribuir positivamente para ajudar a resolver um problema que se percecionava de segurança e sobretudo no braço que executa a nobre tarefa da garantia da segurança pública, como é que o poderíamos auxiliar? -----

----- De alguma forma, queria também perceber se, ao longo deste tempo, esse trabalho, também desenvolvido pela Assembleia, teve frutos; Se entende que é adequado; Se foi inócuo, se se conseguiu efetivamente alguma coisa, pelo menos chamar a atenção para aquilo que era o entendimento das gentes do Entroncamento e que aqui legitimamente e amplamente foi sempre falado, e sobretudo, mais uma vez, dentro das suas competências, o que é que a Assembleia

pode continuar a fazer para ajudar a dignificar também este efetivo que, como disse, têm feito um trabalho muito profícuo na tentativa da garantia da segurança pública, mas que continuamos a constatar que, efetivamente, há aqui alguns números. Eu fiquei aqui com um número, que são os crimes contra a propriedade, que aumentaram substancialmente e, portanto, se calhar muitos deles também associados ao vandalismo ou até a alguns comportamentos que passam pela incivilidade. E também se há alguma medida, até do agente público possa promover, de forma a que se consiga garantir um policiamento de maior proximidade. Ou seja, auxiliar a polícia nessa missão, que acho que também é um desígnio da própria polícia de segurança pública e que seja efetivamente dissuasor de comportamentos. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Susana Vieira**: Boa noite e faço meus os agradecimentos que já lhe foram endereçados, pela sua presença e pelo trabalho desenvolvido pela Polícia de Segurança Pública. -----

----- A minha questão, para além daquelas que aqui já foram colocadas, há pouco mencionou, quando nos apresentou aqui os números e a estatística da criminalidade e da evolução, falou que os crimes contra o património criam crimes. E era esta a resposta que eu queria que nos desse, no sentido de percebermos se existe aqui algum padrão, qual é que acha que é a causa deste aumento tão significativo neste tipo de criminalidade. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Comissário**, para que respondesse às questões colocadas pelas diversas bancadas: -----

----- Agradeço as perguntas e vou tentar responder de forma clara a cada uma delas, sem qualquer tipo de prurido. -----

----- Relativamente à questão de investigação criminal, depende dos crimes que tivermos. Porque cada crime obriga a um inquérito. Se tivermos muitos, vai ser mais difícil. Se tivermos poucos, vai ser mais fácil. Se tivermos muitos, praticados pela mesma pessoa, pode haver uma conexão processual que pode juntar, por exemplo, 120, 141 crimes, que são registados pela Esquadra. Com isso, respondo também a uma parcela da deputada do PSD. -----

----- Relativamente à questão do que é que a Assembleia pode ajudar. Pode, compreendendo. Compreendendo o nosso trabalho, falando sobre o nosso trabalho sem qualquer tipo de problemas, tendo o conhecimento objetivo de que o trabalho por nós desenvolvido é puro, é genuíno e isso tem um único propósito, que é a qualidade do bem comum, qualidade da vida das pessoas e do bem comum. Garantir a segurança pública e a tranquilidade dos cidadãos. Isto é algo que nenhum de nós abdica. -----

----- Serve de resposta a todos os que fizeram a bonita pergunta e a minha resposta é sublinhada, reiterada. Compreendam-nos, que não há aqui nada a fugir. A nossa intervenção é o bem comum. Só temos isso como projeto, não temos mais nada. Somos pagos para isso e é isso que realizamos. Eu e os homens que eu tenho sob o meu comando. Tenho que dizer, uns mais novos, outros menos novos, mas todos trabalham com as capacidades que têm, com as limitações que têm, mas todos trabalham fortemente no interesse de todos nós. -----

----- Agradeço à senhora deputada Paula Carloto o agradecimento que fez à Polícia de Segurança Pública. Eu gosto de ouvir. Sinceramente, gosto de ouvir. Muito obrigado. -----

----- Relativamente aos avanços e dos recuos, também vou aproveitar para dar uma resposta um bocadinho mais ampla sobre estes picos enormes, preocupantes da criminalidade. São preocupantes, são trágicos até. Estamos a falar de uma situação profundamente controlada, baixou desde setembro até agora. Porquê? Porque houve um conjunto de inquéritos, um conjunto de furtos que houve no Entroncamento, que foram incorporados e foi possível a intervenção do Ministério Público, mais tarde para uma prisão preventiva, que fez logo reduzir exponencialmente esses crimes. Quer os crimes contra as pessoas, quer os crimes contra o património e concluiu-se o processo nesse espaço. O que não invalida, como tudo na vida, uns entram, outros saem. E os que saem, muitas vezes vão dando continuidade àquilo que fizeram no passado. E é esse que é o trabalho da polícia. É voltar a encontrar prova, criar um acervo de informação e transmitir ao Ministério Público, para que novamente o ciclo se reproduza. Ou

seja, neste momento temos efetivamente um problema que pode tornar-se mais grave, que se prende com alguns comportamentos inadequados de cariz criminal que estão a acontecer, mas estão identificados os “meliantes”. Vamos tentar, com toda a nossa força, realizar o mais rápido possível os inquéritos, agregá-los, em sintonia sempre com o Ministério Público, para que possamos evitar que, ao nível dos crimes contra o património, haja uma redução também muito forte. -----

----- Relativamente à questão das incivildades, pinturas, furtos de bicicletas, estragar as bicicletas, estragar tudo e mais alguma coisa, são comportamentos que ocorrem. Falta de civismo de algumas pessoas, particularmente crianças, que também comunicamos ao Ministério Público. Nós tivemos uma intervenção, recentemente, numa recuperação de seis bicicletas, que ainda conseguimos correr atrás de quem andava a fazer rali com elas, mas, cada um esgueira-se para seu lado, mas lá conseguimos encontrar as bicicletas e lá conseguimos entregá-las ao seu dono, mas não foi possível identificar nem os jovens, nem os pais, para que houvesse uma responsabilidade sobre eles, nessa matéria do crime, do dano e do ato de incivildade. -----

----- No que concerne às pinturas, já houve três detenções este ano de grafitis, em flagrante delito, quatro da manhã. Vamos continuar, dentro do possível, a fazer as nossas patrulhas noturnas, com vista a que se possam deter e levar a Tribunal esses infratores. -----

----- Relativamente aos recursos, está melhor, mas pouco melhor. Tivemos agora um problema com um colega, que fazia muita falta, que tem um problema de saúde gravíssimo, que saiu e já não vem e, outro que foi para a reforma no dia três de outubro. Portanto, perdemos dois, recebemos também alguma massa humana mais jovem, interventivos. Continuamos mais ou menos como estávamos. Mas com mais força, mais dinâmica. -----

----- Também quero deixar aqui uma coisa clara, nós, polícia, estamos muito ligados. A Polícia de Segurança Pública estabeleceu, como já tinha antigamente, mas se calhar agora de uma forma mais aprumada, uma ligação com todas as instituições da cidade: com a Câmara Municipal, com os departamentos da Câmara Municipal, com a sociedade em geral, com os lojistas, e penso que todos nós estamos a treinar um bom caminho na segurança pública. Não é só a polícia. Eu preciso dos Bombeiros e é um instantinho, eu preciso da Câmara e é um instantinho, eu preciso dos SAS, é um instantinho. Às vezes nominalmente, de madrugada, liga-se para pessoas que eu nunca esperaria que acordassem para me atender o telefone e, atendem. Portanto, eu acho que estamos todos ligados em rede, com o mesmo propósito, que é o propósito da Polícia de Segurança Pública, que é o bem comum, o bem de todos os cidadãos que habitam nesta cidade que eu gosto muito. -----

----- Fez uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Muito obrigado Sr. Comissário. Penso que todos estamos esclarecidos sobre esta matéria. Agradeço a sua presença, a sua participação, o seu trabalho. Desejo que continue e nós estamos cá para o apoiar também. Conte com a Assembleia. Desejo-lhe Boas Festas, para si e para a sua família. -----

----- Se me permitem, ainda nesta questão da segurança, faço referência a uma observação que foi feita pelo senhor Vereador Rui Madeira, numa sessão da Câmara no dia três de outubro. Eu assisto às sessões, muitas vezes presencialmente, outras vezes à distância. E tenho dado com algumas observações que eu considero injustas. -----

----- Não vou fazer acusações políticas. Acho que são injustas, inadequadas. Quem quiser ir ao Youtube, está lá a gravação (aí para uma hora e um quarto, uma hora e vinte). Ele acusa que tinha acontecido um crime na cidade e, numa das suas observações, acusa o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia, de responsáveis pelos crimes. O Presidente da Câmara estava na Câmara, pôde defender-se, mas eu não estava. E mais adiante, diz que o Presidente da Assembleia, traiu a Assembleia Municipal - falharam no que foi prometido, romperam o acordo, quiseram resolver os assuntos sozinhos. -----

----- A propósito disto, e já que não conseguem ser justos, quero recordar que, em poucas situações no passado, o Presidente da Assembleia se dispôs tanto a promover aqui uma boa articulação, com consenso e, esta questão da segurança, eu recorro que eu próprio tomei a

iniciativa. Quando em fevereiro de 2022 eu trouxe aqui um episódio de 2011, em que um dos senhores deputados trazia o problema das inseguranças na cidade. Considerava muito grave e, o Presidente da Assembleia da altura, respondeu que esse assunto não era nada connosco, isso é lá com a polícia. Mas eu faço diferente, e questiono o que é que nós, Assembleia, podemos fazer e começámos um processo. E estive sempre em todas. Marcámos reuniões extraordinárias para se discutir o assunto juntos, tivemos cá o senhor Comissário Nuno Ponciano, pedimos uma audiência ao senhor diretor nacional da PSP, o qual entendeu que deveria receber apenas o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia. -----

----- Relativamente à Reunião com o Senhor Diretor Nacional da PSP, contactei todos os elementos da Comissão Permanente e apenas a senhora deputada Paula Carloto e o senhor deputado Bruno Melo, entenderam que eu não deveria estar presente. Eu poderia levá-los a todos, naturalmente, mas se o diretor nacional da PSP entendia que só deveria receber o Presidente da Assembleia, mesmo quando eu insisti se não poderíamos ir todos, ele disse que não, naturalmente que eu não poderia levá-los todos. -----

----- Mais tarde, tivemos reuniões com todas as bancadas da Assembleia da República, e eu estive sempre presente. Fomos recebidos por todos, menos pelo Chega e pelo PAN. Estive também presente numa sessão com a senhora Secretária de Estado e o senhor Presidente da Câmara. E, na sessão da Comissão Permanente anterior, eu perguntei: se entenderem que eu não devo ir, eu não vou. E todos, unanimemente, entenderam que eu deveria ir. Portanto, eu fui, a representar a Assembleia Municipal. -----

----- Fizemos uma moção sobre a segurança, subscrita por unanimidade, deu-se sequência a essa moção e, eu quero recordar que, todos os momentos em que estive, chamei sempre a atenção (acredito que nem todos os deputados acreditem na minha palavra, mas o que estou a dizer é verdade) do reforço do número de efetivos, garantia da estabilidade e compromisso com a comunidade por parte do comando local, disponibilidade total para acolher sempre e registar todas as participações dos cidadãos, sem que sejam persuadidos a recuar e a não apresentar queixa, presença mais regular e visível nas ruas, presença efetiva de agentes da brigada de intervenção rápida nas ruas. Tudo isto foi colocado. O senhor Presidente da Câmara esteve também e reforçamos mutuamente e, portanto, muito sinceramente, lamento estas intervenções. -----

----- Foi só um comentário pessoal. Eu não podia deixar de o fazer. Lamento muito, mas pergunto, o que é que eu poderia fazer? Só se fizéssemos uma greve de fome, ou uma manifestação à porta do Ministério da Administração Interna! -----

----- As questões foram sempre colocadas, eu estive sempre a representar a Assembleia Municipal de acordo com aquilo que eram as orientações que tinham sido dadas. Não houve nada que fosse boicotado, bloqueado, pelo contrário, partiu de mim a iniciativa e promovi sempre esse consenso. -----

----- Portanto, estou de consciência tranquila. Agradeço que este tipo de observações, que são leves, são ligeiras, mas não devem ser feitas. -----

----- Mudando agora de assunto, também numa das sessões em que eu estive, numa reunião de Câmara, que não me recordo a data, a propósito de uma recomendação que tinha sido aprovada pela Assembleia Municipal e que os elementos do executivo entendiam também que devia ser submetida à votação. Eu não entendo isso. Eu entendo que a Assembleia é soberana. Nós, Assembleia, representamos o povo e a Câmara tem de cumprir aquilo que a Assembleia decide. Se a Assembleia decide que a Câmara deve discutir um assunto, tem de discuti-lo. A Assembleia não entendeu que a Câmara devia mudar o sentido de voto, pode rejeitar à mesma, entendeu que devia discutir o assunto. -----

----- Mas isto são só questões que eu, como Presidente da Assembleia, entendo que devia aqui trazer. É um esclarecimento que eu julgo que devo dar. Se alguém entender que eu estou aqui a ocultar ou a mentir, diga. Mas não me podem acusar de eu ter traído a Assembleia Municipal. É um bocado deselegante e eu tinha de esclarecer. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Bruno Melo**: Eu não ia comentar este assunto, não fosse eu ter trazido aqui o assunto e ter entendido o que entendi acerca da representação da Assembleia no local. Não é que esteja a duvidar da sua representatividade e da sua ação junto da tutela com quem reuniu, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Mas como digo e reitero, eu não iria tocar no assunto, mas, considerando que é para tocar, tocarei. Considerando que não melhorámos, vimos os números que subiram exponencialmente, e vimos que, em termos de recursos, estamos mais ou menos iguais, mas um bocadinho piores. Foram assim as palavras do Senhor Comissário. -----

----- O Senhor Presidente, considerando que foi o único que lá esteve, poderá dizer o que é que correu mal. O que é que fez mal. Porque nós não tivemos oportunidade de lá estar. -----

----- Voltou ao uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Agradeço a sua questão, mas o que correu mal é que eu não sou ministro, nem sou secretário de estado. Eu só fui incumbido pela Assembleia para colocar as questões e pedir os recursos. Mas não sou eu que decido se os recursos vêm ou não. Todos nós nesta vida temos experiências destas coisas. -----

----- Eu cumpri, em consciência, a minha obrigação e o meu papel. E cumpri-o com gosto, com boa vontade. Não fiz frete. Coloquei as questões todas. E a partir de agora, com os dados que temos, se entenderem, estou disponível para continuar, da forma que considerarem mais eficaz e, da próxima vez, poderá ir um dos senhores por mim, se assim entenderem, que seja mais eficaz, quem sabe! -----

----- Voltou a pedir a palavra o Senhor **deputado Bruno Melo**: Dividindo, e fazendo representar a nossa representatividade, podemos ter resultados diferentes. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: O Senhor Vereador Rui Madeira não precisará de mim para o defender, nem eu o vou fazer. Mas gostava de dizer da minha parte que, e as declarações devem ser todas interpretadas à luz daquilo e do enquadramento que havia à data, nessa altura foi a Assembleia Municipal, no seu todo, que tomou a iniciativa de começar a tratar deste assunto. Como sabe e bem. E na altura, foi até para todos nós um gaudío, sermos nós, Assembleia Municipal, que estávamos a avançar com este tema da segurança. -----

----- Nesse sentido, a Permanente achou que tinham legitimidade para serem no seu todo, representantes da Assembleia e acompanhar diretamente este assunto. E portanto, nesse sentido, nós ficámos um bocadinho defraudados quando percebemos que, por uma razão que não terá diretamente a ver consigo (nem ninguém o acusou disso) mas, fosse qual fosse a razão, o senhor assumiu uma representação em nome de todos nós e, como disse e bem, eu e o deputado Bruno Melo, na altura, entendemos que isso não deveria ser assim. E nesse sentido, foram defraudadas as expectativas da Assembleia. -----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Estamos esclarecidos. Eu só queria que ficasse claro que eu não traí a Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Em relação a este assunto, eu sei que estamos num novo mandato, mas deixem-me aqui puxar e alegar algumas situações. -----

----- Eu percebo que esta Assembleia Municipal, neste mandato, tenha feito e tenha puxado este assunto. Porém, e reitero que este assunto, durante anos, foi chamado aqui a esta Assembleia e, desta vez conseguimos. Porém, deixem-me dizer que a “casamentos e batizados só vão os convidados”. Eu não mando na agenda do senhor Ministro. Não mando. E, infelizmente, ele não nos respeitou. E estamos aqui a pôr o ónus na pessoa errada! -----

----- Eu tenho as minhas divergências com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, muitas vezes, na condução da reunião. Divergências normais que podem acontecer e aqui, tenho de fazer um ponto de ordem. Porque nós fomos defraudados, não pelo senhor Presidente da Assembleia, mas fomos defraudados, e é esta mensagem que devemos sempre fazer chegar, nós fomos defraudados pelo Ministro. E esse Ministro não carece, nem merece que nós estejamos a acusar uma outra pessoa, que não foi essa pessoa que disse que não nos recebia. ---

----- Não era a nossa vontade. Mas era, ir o senhor Presidente, ou não ir ninguém. E digo-vos uma coisa, se estamos mal, vamos voltar a pedir uma reunião com o senhor Presidente. Vamos ter um novo ministro em breve. Então, mal tenhamos um novo ministro, que esta Assembleia una esforços, reúna novamente e mandamos outra vez dizer que temos de ser representados. Agora não podemos é desfocar! Não é o mensageiro que é o culpado! É quem não ouviu a mensagem e quem não nos quis receber. E nós estamos a desfocar e a trazer isso para a política local, quando devemos extrapolar isto para a política nacional. -----

----- Temos e devemos fazer bandeira, enquanto Entroncamento, de não permitir que o Comandante Nacional possa responder como respondeu ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Assembleia, quando disse, junte-se na fila, porque temos mais gente assim! Nós é que temos de continuar a bater. Não podemos bater nem no senhor Presidente do Município, nem no senhor Presidente da Assembleia, porque, ao menos, eles foram recebidos. E, já que não tiveram a hombridade de nos receber a nós, receberam quem nos representa. -----

----- É triste? É, mas a culpa não é do senhor Presidente. Hoje, não é. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Só para fazer aqui uma nota e concordando integralmente com aquilo que o deputado Pedro Gonçalves acabou de dizer. -----

----- Isto começa tudo com o Diretor Nacional da PSP. Efetivamente, não temos de esperar que haja um novo. Já há um novo Diretor Nacional da PSP e se efetivamente for essa a vontade, eu julgo que, como na altura até invoquei a última reunião do mandato anterior, em que deveríamos ser mais colaborativos, já na última reunião também instiguei a isso, está esta bancada totalmente disponível para continuarmos isso, que é conseguirmos melhores condições para a PSP, que é efetivamente o braço que garante a segurança pública na nossa cidade. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Atendendo a que as moções, que deram entrada ontem, eu recebi essas moções no final da tarde, mas a funcionária não as enviou para todos os deputados. Elas deram entrada dentro do prazo, está no e-mail a data e hora a que as mesmas deram entrada e eu vou pedir-vos, se não se importarem, que façamos um pequeno intervalo de 5 minutos, para refletir sobre as moções que já foram distribuídas em papel e depois iríamos debater e votá-las. -----

----- Atendendo a que ninguém se opôs, foi efetuado um intervalo de cinco minutos. -----

----- Retomada a sessão, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao deputado Pedro Gonçalves, para que fizesse a apresentação da moção “Por uma política de elevação e sobriedade”. -----

----- O senhor **deputado Pedro Gonçalves**, efetuou a leitura da Moção por si apresentada: -----

MOÇÃO -----

«**“Por uma política de elevação e sobriedade.”** -----

A política, seja ela local, regional, nacional ou internacional, deve sempre se reger por alguns pilares, pilares basilares e pilares que são irrefutáveis e inegáveis. -----

Rejeitar os pilares da política é assassinar a política e com isso deixar de honrar a política no seu sentido mais puro. -----

A política surge, quando há pelo menos 2 pessoas, pessoas com pensamentos diferentes, mas que tentam em prol de um bem maior, defender a sua ideia, acreditando e tendo a convicção de que a sua ideia é melhor que a do outro. A isto é costume chamar ideologia, uns tem uma, outros tem outra. -----

Porém, a política democrata, é uma política onde a maioria, executa as suas ideias, sufragadas e eleitas pelo voto do povo. -----

Assim sendo, os órgãos políticos procuram ter majorias para sustentar as suas decisões. Para que tal aconteça, há debates, sejam eles nos fóruns políticos, sejam eles no dia a dia, afim de criar essa maioria, ou esse consensos, debates esses, que devem e tem de ser regidos pela elevação, respeito e sobriedade pelas partes, seja da maioria seja da minoria. Criando assim algumas bases de entendimento para que a sociedade possa ter uma gestão eficaz e frutífera em prol do bem-estar do cidadão. -----

*Mas nos dias que correm tal não acontece da maneira desejável. -----
São maiorias que atropelam a minorias, são maiorias que não ouvem as minorias, são minorias que fazem ataques pessoais, são maiorias que se tornam autocratas e que alguma vezes se deixam levar por caminhos menos lícitos são minorias que apelam ao populismo barato, são notícias falsas, são distorções do discurso do outro, são auso errados dos meios de comunicação, entre tantos outros atropelos à democracia. -----*

Assim a assembleia municipal apela ao seguinte: -----

- 1- Por uma política de diálogo e centrada nas populações -----*
- 2- Por um respeito pelo valor do voto concedido pela população -----*
- 3- Por uma política sem ataques pessoais, sem mentiras ou distorção da verdade -----*
- 4- Por uma política que honre a nossa história, a democracia, a liberdade e o desejo expresso pelas populações -----*
- 5- Por uma política que não concordando com a mensagem, respeita o mensageiro -----*
- 6- Por uma política de elevação e sobriedade. -----*

Assim sendo depois de aprovada que esta moção seja enviada a todos os partidos políticos com assento nesta assembleia, aos independentes com assento nos órgãos autárquicos do Entroncamento, à CIMT, ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Exmo. Sr. Primeiro Ministro, a todos as bancadas parlamentares da Assembleia da República.» -----

*----- Continuou o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Senhor Presidente e todos os caros deputados, deixem-me explicar o porquê, que a mim muito me doi, desta moção. -----*

----- Eu, Pedro Miguel Faria Gonçalves, para quem não me conhece, eu tenho dois filhos que, independentemente de não serem de sangue, são meus filhos. Sou reconhecido por eles como tal e isso me basta. Qualquer político local do Entroncamento que volte a tocar no meu bom nome, na minha honra e dos meus filhos, eu pedirei certidões dessas mesmas palavras, para agir judicialmente. Sejam elas nestes fóruns, sejam elas nos fóruns e nos meios de comunicação que usam. -----

----- É uma desonra, para quem vota nas pessoas, ataques pessoais. É uma desonra para todos nós, foi uma desonra para a política local. -----

----- Assim sendo, esta foi a minha moção, para eu exprimir o que me vai na alma. Agradecia e gostaria de ver esta moção aprovada por unanimidade e com votos de que, nunca mais, haja ataques pessoais por parte dos eleitos locais no Entroncamento. -----

----- A intervenção do senhor deputado Pedro Gonçalves, foi seguida de uma salva de palmas de apoio e concordância. -----

*----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Nós, Bancada do PSD, vimos que a Assembleia se manifestou favorável e não conhecemos a situação. Ou seja, deve haver aqui uma situação ou uma história por de trás. Eu, e nós achámos todos e falámos disso, que esta moção era uma singela opinião, mas sem qualquer efeito. Porque a aposta é na educação, na formação cívica. Mas parece-me que há aqui um contexto e eu gostaria, se fosse possível, conhecer o contexto. Eu e todos nós que não conhecemos. -----*

*----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Eu conheço o contexto, mas se o senhor deputado Pedro Gonçalves quiser explicar, isso é uma questão pessoal. -----*

*----- Esclareceu o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Eu estava aqui à procura do vídeo, mas não o encontro. Há um vídeo de um senhor Vereador da Câmara Municipal do Entroncamento, onde faz esse ataque pessoal e questiona isso, em relação a tudo isto. O vídeo chegou-me e, obviamente, eu não podia deixar despercebido. Poderia ter agido de outra maneira, mas acho que também não o merece. No entanto, é lamentável. Eu posso passar-lhe o vídeo, se quiser, para ver e assistir, mas é deveras lamentável. -----*

*----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Para quem não tem o contexto, como eu não tinha, esta moção não passa de uma singela opinião, bonita, bem estruturada, bem escrita, mas que não tem qualquer efeito e, sobretudo para a mandar para os órgãos sugeridos, -----*

acho que ela não vai surtir qualquer efeito. Porque não tem conteúdo, não tem sumo, não tem explicação, não é perceptível. -----

----- Nós que estamos aqui, que não conhecíamos o contexto, não estávamos sequer a perceber qual era o objetivo desta moção. -----

----- Portanto, a minha sugestão, se o senhor deputado concordar, e admitindo já previamente a bondade do objetivo, era que isto fosse escrito de uma maneira que fosse, eventualmente, mais perceptível. -----

----- Portanto, se concordar, eu sugiro que retire esta moção. Não por nós não estarmos de acordo, mas para que possamos, eventualmente, ter um bocadinho para a rever e para a completar, dando-lhe conteúdo. Ela não é perceptível nestes precisos termos. É uma mera e singela opinião. -----

----- Admito a bondade do que está a ser dito e, pela manifestação da Assembleia, admito que haja algum fundo de consistência nesta posição. Mas não se percebe. -----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: O senhor deputado apresentou a moção, é o autor e o responsável por ela. Por mim, é uma moção que transmite um quadro, um conjunto de valores que, de alguma forma, tem uma componente pedagógica muito forte, que tem e faz sentido e que é oportuna, independentemente do caso. Isto é a minha opinião pessoal. Mas o senhor deputado Pedro Gonçalves é que terá a última palavra. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Posto que não há objeções do proponente em retirá-la e, além disso dar-lhe mais contexto, eu não vejo qualquer objeção. Sendo que, sem este contexto que foi dado, acho que, ela sendo aprovada por unanimidade, como o senhor deputado pediu, acho que só faz uma coisa, vincula toda a gente que está nesta Assembleia a assumir este conjunto de comportamento e valores. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Carla Sarroeira**: Boa noite a todos. Por acaso, eu, infelizmente, também vi. É triste, é deplorável e, peço desculpa pelo termo, mas é nojento o que se ouve naquele vídeo. Eu não queria estar na situação do deputado Pedro Gonçalves e concordo perfeitamente com a deputada Paula Carloto. Pois acho que esta moção, para além de estar muito bem escrita e ser ideal, acho que está muito branda para o assunto que foi. -----

----- Portanto, acho que deveria ser mais específica para o caso que foi. Estamos a falar de família, estamos a falar de crianças que já sabem mexer nas redes sociais, que têm amigos que também sabem, que sabem quem são as pessoas (só não nomearam nomes), é vergonhoso e traz outras consequências ainda mais graves. Porque as crianças, às vezes dizem as coisas por dizer, mas acabam por ser más. E isto nas escolas, tem uma repercussão muito má. -----

----- Continuo a dizer que a moção está branda. A bancada do Chega está de acordo, a moção devia ser reescrita e mais forte. -----

----- Voltou ao uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Eu insisto naquilo que já disse. A moção, é uma moção apresentada dentro das normas estabelecidas, tem um quadro de valores e, por mim, está em condições de ser submetida à votação. Só o senhor deputado Pedro Gonçalves é que poderá dizer se a retira e adia a sua apresentação para fevereiro. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Adiamos para fevereiro, a bem de que na nossa próxima Permanente, possamos agilizar e até acrescentar ou potenciar esta dita moção. Da minha parte, já expressei o meu sentimento, que acima de tudo era o que eu queria também aqui expressar. -----

----- Interveio o Senhor **Presidente da Assembleia**: Está então retirada esta moção por decisão do senhor deputado que a apresenta. -----

----- De imediato, foi dada a palavra ao Senhor **deputado Pedro Gonçalves**, que fez a leitura e apresentação da seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

«25 de Novembro, democracia sempre!» -----

No passado dia 25 de Novembro, passaram 48 anos do dia em que se consolidou e perpetuou a democracia em Portugal. -----

Relembremos que há 48 anos, um ano e meio depois do 25 de Abril de 1974, a revolução estava de novo na rua e estivemos à beira de uma guerra civil. Os militares defensores da democracia e das liberdades, militares do Regimento de Comando da Amadora, impediram uma tentativa de golpe de uma facção mais radical das Forças Armadas, libertando Portugal de uma tentativa de radicalização do país, apoiada pela extrema-esquerda. -----

Portugal assim, viu finalmente consolidada a Democracia e os seus ideais Pluralistas, pondo fim a uma série de atentados à liberdade Individual no Período do Verão Quente de 1975. -----

Considerando que: -----

-Recordar o 25 de Novembro de 1975 é recordar e respeitar a história da democracia Portuguesa; -----

- Para PS, o PPD e CDS e militares moderados, o 25 de Novembro permitiu o fim do PREC e que fossem criadas as condições para a plenitude da Democracia Portuguesa que ainda hoje nos o rege, o que nos permite estar aqui hoje. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, assinala o 48º Aniversário do 25 de Novembro, evocando este dia como um dia de liberdade, de paz, de soberania e democracia para Portugal. Dia em que nos permitimos dar testemunho de Gratidão a todos os que com a sua coragem, fizeram acontecer o caminho rumo à vitória dos valores da Democracia e da Liberdade. -----

Porque o 25 de Novembro é um dia de todos os democratas, aprovada esta moção, a mesma deverá ser encaminhada ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, a todos os partidos políticos com assento na assembleia da República, ao Estado Maior das Forças Armadas, à associação de Comandos, à liga dos combatentes e a toda a comunicação social local e regional.» -----

*----- Foi dada a palavra ao Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Primeiro que tudo, eu gostava de dizer que nada, mas nada mesmo, substitui Abril. -----*

----- Abril abriu-nos as portas depois de uma ditadura que nos amordaçou durante longos e penosos anos. Mas, como tantas outras batalhas que fomos tendo ao longo destes anos e que hoje enfrentamos, com características diferentes, essa foi mais uma batalha pela manutenção da democracia. Uma batalha muito relevante. Porque, num país que ainda não a tinha consolidado, a breve trecho quase que surgiu um rude golpe. -----

----- Posto isto, e em relação ao texto, que coloca apenas para PS, PPD e CDS e os militares moderados... Senhor deputado, é a única parte que eu discordo. Foi para o país, não foi para os partidos. Foi para o país que o trabalho desses partidos e particularmente para alguém cujo aniversário se assinalaria há poucas semanas atrás, e vou aqui invocar o nome de Mário Soares, que teve um papel relevantíssimo também na manutenção do regime democrático que estávamos a criar. -----

----- Posto isto, e porque também me causa aqui alguma dificuldade, um eufemismo, causa-me efetivamente alguma dificuldade ver muitas vezes, quase que uma contenda de direita/esquerda, em que a esquerda tem o 25 de Abril e a direita o 25 de novembro. Nada mais errado. Qualquer uma delas, são todos os partidos democráticos e por essa mesma razão, todos os partidos democráticos devem permanentemente, fazer os vinte e cinco de abril todos os dias, mas também os vinte e cinco de novembro que estão à espreita ali ao virar da esquina, porque todos os dias a nossa democracia está em risco e hoje, infelizmente, vamos reconhecendo outros adversários na manutenção do regime de todos. Porque democracia é o Governo do povo, mas é sobretudo o Governo para o povo. -----

*----- Ninguém mais querendo intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a moção apresentada à votação. -----*

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

“25 de Novembro, democracia sempre!” -----

----- A moção apresentada pela Bancada do CDS-PP, foi aprovada por unanimidade, com 23 votos, sendo, 8 votos do Partido Socialista, 7 votos do Partido Social Democrata, 2 votos dos

independentes, 1 voto do Partido Chega, 1 voto da Coligação Democrática Unitária, 1 voto do Centro Democrático Social - Partido Popular, 1 voto do Bloco de Esquerda e 2 votos dos Presidentes da Junta de Freguesia de Nossa Senhora e Fátima e de São João Baptista. -----

----- Pediu a palavra para apresentar uma declaração de voto, o senhor **deputado Bruno Melo**. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Votamos e votaremos favoravelmente tudo o que seja recordar Abril e os valores de liberdade e democracia. Por isso, conta com o nosso voto favorável esta moção.» -----

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Susana Vieira**: A questão que aqui trago, é algo que me preocupa a mim e a várias pessoas que me abordam na rua, nesta quadra natalícia. E está relacionada com a ausência de atividades natalícias na cidade e no concelho. -----

----- Embora me digam que existem, que eu não conheço o programa de Natal que está programado e publicitado, mas o que eu tenho a dizer é que é muito curto, é muito pouco. -----

----- Nós verificamos que, noutras cidades e noutros concelhos limítrofes, mais próximos e mais distantes, vemos que existe uma agenda de Natal que de facto atrai muito os jovens, as crianças, as famílias, não só para os próprios municípios dessas localidades, mas também visitantes. E é algo que me entristece. -----

----- Já há vários anos que nós, e eu concretamente, aqui neste lugar, apelo ao executivo que crie atividades no Natal. Não é muito difícil. Existem várias ideias. Não temos que ter tudo ao mesmo tempo. Podemos ter várias coisas, todos os anos diferentes, mas que possam ser atrativas. Porque temos muitas crianças, temos muitos jovens, temos muitas famílias, cada vez mais, e é triste ver que os nossos filhos, as nossas crianças, as escolas, terem de se deslocar a concelhos aqui perto, para poderem visitar cidades de nata, as Praças da República, os espaços dos municípios com Mercados de Natal, pais natais, carrosséis, pistas de gelo... temos inúmeras atrações que agradam a crianças e adultos e, portanto, acabam também por fomentar o comércio. -----

----- Relativamente aqui ao comércio nesta quadra natalícia, é com tristeza que constatamos que este é o segundo ano consecutivo em que não existem os *Vouchers* para o comércio local. Não sei porquê. Pela informação e perceção que eu tenho, foi uma medida que teve sucesso e que foi bem acolhida pelos comerciantes e pelos consumidores nos anos anteriores e que, de facto, eram um incentivo para o consumo no nosso comércio local e que era interessante para comerciantes e consumidores e que este ano, mais uma vez, também não temos. -----

----- Relativamente aos enfeites e à decoração da cidade, é o que temos. De facto, penso que se poderia caprichar na iluminação das ruas, especialmente junto aos estabelecimentos comerciais porque, quer digam que sim, quer digam que não, a verdade é que as pessoas gostam de visitar a ajuda efetivamente ao comércio local. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Carlos Monteiro**: Boa noite senhor Presidente e a todos os restantes aqui presentes. -----

----- Após o debate dos desafios habitacionais no Médio Tejo, organizado pela “Century 21 Castle” que decorreu a vinte e seis de outubro, no Cineteatro S. João, onde foi mencionado que o concelho do Entroncamento tem o maior número de imóveis à venda, o debate juntou cerca de uma centena de pessoas. -----

----- Pergunto eu, senhor Presidente, ainda o município quer construir cem imóveis, para quê? Para entregar a uma imobiliária em exclusivo? -----

----- O senhor Presidente tem falado tão bem da iluminação de Natal no concelho, mas tenho pena que a mesma não seja aplicada de maneira diferente em determinada situação. Na Av.^a Dr. José Eduardo Vítor das Neves, é de lamentar que a iluminação só chegue até ao cruzamento onde está a pastelaria “Delícia Torrejana”. O resto, está às escuras até ao fim da avenida. Lamento que haja tratamento desigual na avenida principal do nosso concelho. -----

----- De seguida, pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Eu vou falar de um assunto, que no fundo, acaba por ser um elefante na sala, que é uma excelente medida que foi implementada no nosso concelho e da qual também, de alguma forma, fomos pioneiros, embora

na implementação tenha havido um concelho que tenha feito primeiro, que é o sistema de bicicletas partilhadas. -----

----- Há anos que eu ouço nesta Assembleia, que devíamos recuperar o imaginário da bicicleta. E, naturalmente, fico muito triste quando existe um conjunto de comportamentos concertados, não sei de que forma até foram potenciados por alguns arautos da desgraça, porque normalmente, o vandalismo gera mais vandalismo, a perceção de que se pode estragar sem ter consequências, é, muitas vezes, o maior dano que se pode criar também a um projeto e sobre isto, eu gostaria de falar daquilo que foram algumas pessoas que manifestaram efetivamente o agrado de poderem voltar, que não têm condições de ter na sua casa, de guardar uma bicicleta, porque não têm uma garagem, de poderem voltar a usar a bicicleta que usavam muitas vezes na adolescência, para se deslocarem para a escola e de muitas outras pessoas, até mais velhas, que usavam a bicicleta inclusivamente para se deslocarem para o trabalho nas pequenas deslocações no Concelho e que ficaram muito agradadas. -----

----- Mas logo, rapidamente, sensivelmente duas semanas depois, completamente destruídas por verem a forma como se ataca um património público que, vinha recuperar também um património imaterial daquilo que é a nossa cultura. -----

----- A bicicleta, enquanto meio de locomoção, faz parte do nosso imaginário coletivo. -----

----- E sobre isto, eu exortava que cada um de nós, não só eleitos locais, mas cada um de nós cidadãos, pudesse também ter aqui um papel ativo na preservação daquilo que é o património de todos nós. Não só numa perspetiva de preservação desse mesmo património, mas sobretudo de uma cultura que podemos recuperar e de uma mobilidade mais suave, numa cidade que o permite, com treze vírgula sete quilómetros quadrados, que o permite plenamente e que, também trará com toda a certeza, a proximidade que o carro afastou. Por exemplo do comércio local, que é uma das questões, hoje em dia, as pessoas para fazerem pequenas deslocações dentro do Entroncamento, usam o carro. E naturalmente, concentram-se nos lugares onde existem lugares de estacionamento em função dos sítios para onde se querem deslocar. -----

----- Esta também é uma forma de fomentar, também, o comércio local, não obstante das iniciativas que possam entender, eu por acaso, ia falar também da questão das atividades de Natal. -----

----- Urge, e mais uma vez, esta dimensão colaborativa que já tanto falámos aqui, urge que cada um de nós, também estimule (e há aqui alguns comerciantes), que de uma vez por todas, haja uma organização de comerciantes no Entroncamento. Ou então uma estrutura da qual, a maioria dos sócios são comerciantes do Entroncamento, que é a ASSIS. Urge que os comerciantes se possam agregar para poderem também definir uma estratégia conjunta, para fomentar o seu próprio negócio e de, naturalmente, fazer crescer a cidade enquanto polo comercial. Porque, desengane-se quem entende que podemos voltar àquele paradigma áureo dos anos oitenta/noventa. -----

----- O mundo mudou efetivamente e nós temos de arranjar também outras formas de cativar as pessoas para procurarem o comércio local. É óbvio que as iniciativas pontuais, como a altura do Natal, são importantes, mas isto precisa de continuidade. Temos de fazer com que as pessoas do Entroncamento se voltem a apaixonar (usando aqui uma expressão excessiva, mas a verdade é um pouco isto) pelo seu comércio. E com isto, também estamos a contribuir para uma coisa que todos nós devíamos fazer “apaixonarem-se pela sua cidade”, a gostarem do Entroncamento. Aqueles que cá nasceram, aqueles que a escolheram para viver. Porque esses é que são o Entroncamento. -----

----- E posto isto, queria manifestar esta reflexão, que julgo que no período de antes da Ordem do Dia, e sobretudo esta ideia de que o comércio está a morrer, diga-se assim, e precisa de um incentivo adicional que pode ser trabalhado de várias formas e tem de ter uma abordagem holística. E acho que o encontro é meio caminho, ter um interlocutor que possa falar com entidades, que possa mobilizar atividades conjuntas, é importantíssimo. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Tenho aqui dois assuntos que queria, pedagogicamente falar, para que se possam tomar medidas. -----

----- É constante termos os nossos ecopontos vazios e termos lixo imenso à volta dos ecopontos. Creio que, com todos os esforços que se tem tentado fazer, não estamos a conseguir chegar à população para que use os ecopontos devidamente. As ilhas são atoladas de papel pelos comerciantes, sabendo nós que existe da parte da RSTJ um programa para ir buscar esse mesmo cartão, há necessidade de se educar preventivamente e, *quicá*, coercivamente. Porque, muitas das vezes, a nossa saúde pública completamente comprometida com a quantidade de porcaria (e perdoem-me a expressão) que está à volta dos ecopontos, que está à volta das ilhas ecológicas e quando nós, comuns cidadãos abrimos o ecoponto para depositar o nosso lixo, reparamos que está vazio! Mas o lixo acumula-se à volta. E isto é algo que é urgente nós tomarmos algum tipo de medida. -----

----- Aproveitar, já que o deputado Ricardo Antunes falou no assunto, para deixar aqui uma questão para que seja respondida à posteriori e possa ser pensada. -----

----- A BUE, que é o sistema de bicicletas partilhadas do Entroncamento, supostamente tem um *software* que o gere. As bicicletas que não foram colocadas nas docas, têm um utente que está associado a elas! Não sei se foi esse o erro que aconteceu para agora não termos as bicicletas até trinta e um de janeiro a andarem. Mas seria muito interessante, de bom tom e premente, que a Câmara agisse de maneira a que essas pessoas que tiraram as bicicletas das docas e não as voltaram a colocar e que as vandalizaram, sejam responsabilizadas. E não é responsabilizá-las somente com a perda de cartão durante X tempo. É responsabilizá-las e que as tenham de pagar. Porque se as vandalizaram, vandalizaram as nossas bicicletas, as bicicletas de todos nós. Ah, veio com dinheiros do fundo comunitário. Sim, mas são de todos nós! -----

----- Aqueles que não as trataram como deve de ser, têm, devem ser responsabilizados. -----

----- Agradecia que o senhor excelentíssimo Presidente do Município, comece já a pensar nesta resposta, porque eu vou insistir nela, até ter uma resposta. Existe, ou não existe um cabal registo deles? Se não existe, é isso que está a ser corrigido? Sim, ou não? Se existir, temos de agir criminalmente contra essas pessoas. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gomes**: Muito boa tarde, caros deputados, caros camaradas, caros amigos. -----

----- Senhor deputado Carlos Monteiro, eu vou ser muito honesto consigo, porque acho que estamos na casa onde tem de imperar a honestidade. Eu tenho alguma dificuldade em perceber qual é o seu papel. O que é que está efetivamente aqui a fazer. E eu vou explicar-lhe porquê. Mas muito honestamente e olhos nos olhos. -----

----- O senhor, quando foi eleito por um partido, tinha um programa eleitoral. E no dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e um, o partido que então o senhor representava, tinha ideias concretas daquilo que era a habitação municipal. Que havia efetivamente, e as medidas são públicas e pode consultá-las, e então, o que o senhor deputado, na altura, deputado a ser eleito pelo Chega, defendia que era necessária habitação no Entroncamento. O que me espanta, hoje, que vem aqui dizer que afinal, já não é preciso habitação, baseado num fórum de uma agência imobiliária. Portanto, também não percebo bem a credibilidade desse fórum. -----

----- Portanto, eu acho que aqui era também importante esclarecermos bem, porque não podemos ter aqui dois pesos e duas medidas. O senhor quando foi eleito e quando os eleitores votaram em si, é porque tinha efetivamente um programa com propostas, independentemente de eu concordar ou não, não faz qualquer tipo de sentido, mas, o senhor defendia aquilo. E hoje defende o quê? Não podemos mudar de opinião, como quem muda de camisa! Isto é a minha opinião, fui frontal e fui muito honesto. Estou a olhar para si, olhos nos olhos, porque acho que as pessoas têm de ser honestas nos sítios onde têm de ser honestas, é aqui nesta casa. -----

----- O Senhor **deputado Carlos Monteiro**, solicitou a palavra para responder ao deputado Pedro Gomes: Senhor deputado Pedro Gomes, a minha opinião, só a mim diz respeito. Se eu deixei de pertencer ao Partido Chega, só a mim diz respeito. Eu sou responsável pelas minhas

respostas ou pelos pontos que faço. Se eu coloquei em questão isto, é porque vi escarrapachado num jornal este artigo. E não tolero que, o senhor deputado ponha em risco aquilo que eu digo.

----- O senhor deputado não me conhece, já tenho uma certa idade e sou uma pessoa muito conhecida no Entroncamento, a minha família já tem gerações no Entroncamento e não admito que o senhor deputado ponha em causa aquilo que eu digo. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gomes**: Eu não coloquei em causa aquilo que o senhor diz. Eu acho que quem tem de pôr em causa, são as pessoas que votaram em si. Porque você defendia uma coisa, e agora diz outra. -----

----- Mas isto é só a minha opinião e acho que a disse no sítio certo! Sentado, olhos nos olhos, porque é assim que se dizem as coisas. Eu não estou a dizer que o senhor muda, ou deixa de mudar. As pessoas que votaram em si, é que podem ou não estar chateadas com a sua atitude. –

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**: Penso que já todos colocaram as questões que pretendiam colocar, pelo que vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, caso pretenda dizer algo às questões que aqui foram colocadas. -----

----- Interveio o **Senhor Presidente da Câmara**: Boa noite a todos, senhores deputados, senhor Presidente da Assembleia, ao público e a quem nos está a ouvir em casa, aos funcionários que estão a acompanhar e a apoiar esta Assembleia. -----

----- Só vou fazer dois comentários: -----

----- Um - dizer que, na sequência da recomendação aprovada por esta Assembleia, em vinte e oito de setembro, no sentido de que o Executivo reapreciasse e aprovasse o acordo de colaboração com o IRU, na perspectiva de poderem ser contruídos cem fogos a custos controlados para renda acessível (e não vou desenvolver mais este tópico, que já está suficientemente desenvolvido), eu promovi uma reunião extraordinária no dia treze de novembro, justamente em respeito à decisão da Assembleia. E, como sabem, a deliberação do Executivo foi, de novo, maioritariamente, chumbar, reprovar esse acordo. Votos favoráveis dos eleitos do PS, votos contra dos eleitos do PSD e do vereador eleito pelo Chega, agora independente. -----

----- Dois - Relativamente à questão que o senhor deputado Pedro Gonçalves colocou, neste momento, nós temos o sistema das bicicletas partilhadas suspenso. É uma suspensão técnica e vamos fazer tudo para que ele possa ser reatado, no máximo, até um de fevereiro. -----

----- Devo dizer que, é um sistema que teve bastante adesão. Nas duas primeiras semanas tivemos setenta e seis pessoas a aderir ao sistema. Algumas delas mandaram mensagens a dizer que passaram a usar as bicicletas, em vez do carro, para se dirigirem para a Estação, onde iam apanhar o comboio. -----

----- Infelizmente, houve um conjunto de acontecimentos, sobretudo vandalismo. Eu penso que um vandalismo primário. Eu direi mesmo, um vandalismo que tem uma orientação. Porque é impossível e nós próprios fizemos aqui a experiência de vandalizar uma bicicleta, como algumas estavam e, devo dizer que não foi fácil. Foi muito difícil fazê-lo. Portanto, estamos a falar de um vandalismo, eu direi que, com o propósito de desacreditar o sistema. -----

----- Infelizmente, também aconteceu uma coisa semelhante em Torres Novas. Torres Novas também iniciou o processo e passado um mês teve de o suspender. -----

----- Por exemplo, nós tivemos uma bicicleta que foi mandada para a linha do comboio... e temos neste momento vinte e seis bicicletas, metade delas com avarias ligeiras e outra metade com avarias com algum significado e que estão a ser reparadas. Por isso, este processo de suspensão. -----

----- Também estamos a preparar as competentes participações para o Ministério Público, no âmbito do Regulamento em vigor. -----

----- Obviamente que houve situações em que é possível identificar e há outras que não. Aquelas pessoas que, pura e simplesmente vandalizaram a bicicleta, retiraram-na sem ter qualquer cartão, ou sem qualquer identificação, essa só por testemunhos. Ainda há pouco ouvimos aqui o senhor Comandante dizer que perseguiram quatro, ou seis indivíduos, quatro de

uma vez e dois de outra, que tinham de facto vandalizado bicicletas e, recuperaram-se as bicicletas, essas sem grandes danos, mas não se identificaram as pessoas. -----

----- Portanto, temos aqui as duas situações e também é verdade que o próprio sistema informático acusou algumas fragilidades e que estamos a melhorar. -----

----- Portanto, há aqui um conjunto, que é responsabilidade do fornecedor. Isto foi um concurso público, é responsabilidade do fornecedor, mas nós estamos atentos. E nós não vamos desistir. Porque este é um sistema que, como disse o senhor deputado Ricardo Antunes, de cidadania e de tentarmos contribuir para que as pessoas voltem a andar de bicicleta. -----

----- E a nossa experiência inicial foi excelente. Nas duas primeiras semanas, nós tivemos apenas uma bicicleta com uma avaria (não era vandalizada), que se calhar pode resultar de alguma falta de cuidado ou outra situação. E de repente, em quatro ou cinco dias, houve um conjunto de noites em que eram às quatro e cinco. E, portanto, não sei se é pessoas de tipo A, de tipo B. Nem sequer estou a classificar. Só sei é que, a partir de um determinado momento, o vandalismo gratuito, o vandalismo primário, daquelas pessoas que são contra a mudança, daquelas pessoas que tudo fazem para manter um *Status Quo* de antigamente, aconteceu, de uma forma, a meu ver, organizada e deliberada. Mas isso, como disse ali o deputado Pedro, é a minha opinião. -----

----- Relativamente às outras questões, ouvi a senhora deputada do PSD dizer que não conhece a agenda cultural, mas é curta. Bom, se não conhece, mas tem uma opinião. Não conhece, mas é curta. Eu recordo-lhe que a agenda está publicada. Há um conjunto de iniciativas na nossa cidade, que são aquelas que entendemos adequadas ao longo do ano. Noutros lados haverá mais, haverá menos, mas penso que nós fazemos aí o trabalho adequado. -----

----- Passou-se de seguida ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não havendo público que manifestasse vontade de intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia** entrou de imediato no período da Ordem do dia. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, ao abrigo do disposto na al.^a c) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Nós temos visto na nossa cidade, a colocação da implementação das medidas de acalmia de tráfego. Porém, não creio que tenham sido estas as medidas que nós temos ouvido falar que iriam ser colocadas. Há mais algumas para serem implementadas? Ou será meramente as luzes e as novas passadeiras? -----

----- Quando nos foi apresentado este projeto das medidas de acalmia de tráfego, tínhamos umas lombas, tínhamos sinalização no meio da estrada, em vez de ser simplesmente nas pontas. Creio que, e eu, tal como o senhor Presidente da Assembleia, também ouço as reuniões de Câmara, se não em direto, é a posteriori, e não foram estas que foram apresentadas! Não foram estas que estavam, sequer, contempladas. -----

----- Depois de ouvir hoje o senhor Comissário, realmente, se não há polícias, não pode haver deteção de muitas das infrações, mas estas, realmente, para mim, parecem-me demasiado curtas para aquilo que foi prometido. Obviamente que eu acredito que ainda possam vir a ser implementadas! Mas estas medidas, e recordo que estas medidas foram faladas que iriam ser tomadas, depois de um acidente que infelizmente teve uma repercussão porque vitimou uma criança, mas, estes acidentes podem ocorrer desde que as pessoas andem demasiado depressa. Algumas das medidas de acalmia, que poderiam realmente reduzir, não estão a acontecer. -----

----- Porquê? Há ainda mais algumas para aplicar? O que é que podemos fazer, o que é que o senhor Presidente pensa. E isto, para mim, é uma pergunta bastante pertinente, porque na estrada andamos todos. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

----- Esclareceu o **Senhor Presidente da Câmara**: Eu responderei no fim ao senhor deputado. -----

----- Só quero realçar, aqui na informação do Presidente, que, nos últimos dois meses, o Município do Entroncamento foi distinguido por três prémios relevantes. Mais uma vez recebeu a Bandeira Verde, de autarquia mais familiarmente responsável pelas boas práticas instituídas em prole do bem-estar das famílias, uma cerimónia que decorreu no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra; -----

----- Também foi recentemente distinguido, pela terceira vez consecutiva, pela atribuição de uma distinção de dois em dois anos, com a marca Entidade Empregadora Inclusiva; -----

----- São distinções que nos orgulham e é o resultado do trabalho e da qualidade técnica dos nossos funcionários. -----

----- Fomos também distinguidos com o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano. A distinção foi no dia vinte e sete de novembro, atribuída pela ERSAR e por outras entidades e nós fomos uma das oitenta e quatro, salvo erro, das duzentas e oitenta entidades gestoras de água em Portugal. -----

----- E, obviamente, que isto resulta do trabalho sério e profícuo que temos feito neste Município e também nos honra muito estas distinções. -----

----- Também gostava, para além de falar naquilo que já é normal da nossa gestão, que são as contas certas, sempre foram, são a transparência total na gestão, são a constante redução da dívida de forma gradual e sustentada, não obstante os investimentos que temos vindo a fazer, mas, queria referir-vos e está na Informação do Presidente, os Vales Escolares. Nós atribuímos um Vale Escolar a todos os estudantes, do segundo e terceiro ciclo, de vinte e sete euros. Foram atribuídos mil novecentos e noventa e quatro Vales Escolares. Que eu saiba, somos o único Município na região que o faz. Atribuímos, e aí já não somos os únicos, dado que o governo já atribui os livros escolares, atribuímos as fichas de trabalho a todos os miúdos do pré-escolar e do primeiro ciclo. -----

----- Temos constantemente um conjunto de programas. Eu vou só elencar, mas vocês podem ver com pormenor nesta informação, Crescer na Cidade, Mais Inclusão, Melhor Educação, com a intervenção constante da nossa equipa multidisciplinar que eu já referi aqui em anteriores sessões. Temos uma equipa multidisciplinar, composta por cinco técnicos, já há algum tempo. O projeto Crescer Mais Ativo, o projeto Crescer com Valores. -----

----- O programa Eco Escolas, por exemplo, este ano, tal como o ano passado, todas as escolas do Concelho, públicas e privadas, estão a trabalhar no sentido de ser atribuída a Bandeira Verde e estamos convictos que também irão todos receber essa Bandeira Verde. -----

----- O projeto Cidade Educadora, com vários projetos, desde o ir a pé para a escola e outras situações; O projeto Jovens Bué Cool, foi uma brigada que nós criámos para apoiar o processo da instalação das bicicletas partilhadas. Os jovens do décimo primeiro e décimo segundo ano, com mais de dezasseis anos, que quisessem aderir a este projeto, têm uma adesão por um ano, gratuita, para usarem as bicicletas. Devo dizer que foi um grande sucesso, até termos de interromper este programa, pelas razões que já referimos. Inclusivé, um dos professores de educação física do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, já apresentou este projeto, com bastante sucesso, no encontro de professores da área e que foi considerado pelos colegas, um excelente projeto. -----

----- Por exemplo, decorreu, no dia vinte e sete e vinte e oito de outubro, o Segundo Congresso do Desporto e, a cerimónia final foi no Entroncamento, no Centro Cultural do Entroncamento, com a presença de um conjunto de individualidades. Destaco, por exemplo, a presença do Dr. Pedro Proença, que é o Presidente da Liga e é de facto uma pessoa de referência nestas áreas. -----

----- Decorreu, por exemplo, o primeiro Open Internacional de Juniores, Judo e Jogo mais inclusivo, no dia vinte e cinco e vinte e seis de novembro, tivemos cá, em colaboração com a

Associação de Judo de Santarém, um dos mestres de nível de topo mundial, a fazer *WorkShop's* durante esses dois dias. -----

----- É de realçar que, tivemos a primeira apresentação pública do teatro “Passa por mim no Entroncamento”. Tiveram de ser feitas duas sessões e as duas sessões foram esgotadas. É um projeto de um grupo de teatro da nossa cidade e é um projeto que vai continuar e está a colaborar em iniciativas no âmbito da animação do Natal. -----

----- Continuamos com o programa de exposições constantes. Queria realçar a exposição itinerante do Museu Nacional de Desporto, que decorreu a vinte e sete e vinte e oito, durante o segundo Congresso de Desporto que se realizou na nossa cidade. -----

----- A sexta edição do Street Food, em vinte e nove e um de outubro. Também temos uma intervenção do CLAIM e do GIP, muito ativa, no sentido de encaminhar todas as pessoas que, ou procuram emprego, ou que chegam à nossa cidade, quer para emprego, quer para os apoios na área da Saúde, da Segurança Social, da Educação, etc. Ainda esta semana, salvo erro na quarta-feira, estive presente, com muito gosto, numa sessão formal de entrega de diplomas, na Escola Gustave Eiffel, não só aos estudantes que fizeram o seu RVCC e obtiveram o novo e o décimo segundo ano, mas também a um conjunto alargado de pessoas, adultos, que estiveram a aprender a língua portuguesa. E, por acaso, simbolicamente, tiveram uma atenção, que as próprias professoras do curso não tinham conhecimento, de fazerem uma dança, neste caso indiana, mas que incluíram já outros formando portugueses. São momentos destes que dignificam a nossa intervenção. -----

----- Apesar de saber que não é muito do vosso interesse, eu podia fazer aqui um rol de outras informações, mas isto está tudo escrito na nossa informação. -----

----- Eu sugeria para terem um melhor conhecimento da vida do Município e nos poderem sugerir propostas para nós poderemos melhorar, pois é isso que nós queremos fazer todos os dias. -----

----- Relativamente à questão que o senhor deputado Pedro Gonçalves colocou, devo dizer que este processo ainda não está concluído, por várias razões. Por exemplo, falta concluir, na Rua 1.º de Dezembro, porque tínhamos ali uma limitação, porque um operador de gás tinha feito um conjunto de obras e tem primeiro de pavimentar, para nós depois poderemos fazer a intervenção; na Rua Sá Carneiro, na Rua da Barroca. Mas, obviamente, que nós também temos uma avaliação dinâmica da realidade. E não sei se sabem, e passo lá com alguma frequência, Torres Novas instalou essas tais lombas que aqui agora são muito faladas, ali na Meia Via, mas passado um mês, retiraram-nas. Porque eram piores os resultados para as pessoas. Porque os carros, naquela zona, até rodeavam as lombas. Foram retiradas, foram substituídas por outras. Portanto, nós temos de fazer avaliações dinâmicas e é isso que fazemos diariamente. -----

----- O processo ainda não está concluído, mas vamos concluir este processo e vamos continuar a trabalhar para melhorar a sinalética e a segurança do dia-a-dia da nossa cidade. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE TAXAS PARA “MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA ARTÍSTICA”, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- Ninguém querendo intervir neste ponto da Ordem dos Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número dois da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- A Bancada da **Coligação Democrática Unitária**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Relativamente à tramitação de processos de mera comunicação prévia de espetáculos de natureza artística, que já esteve sob a responsabilidade das Câmaras Municipais e que, entretanto, foi centralizado no IGAC e que agora regressa ao local certo, deve poder servir para reforçar o apoio à cultura e não criar ou forçar as dificuldades existentes. ----- O Município do Entroncamento deve promover a cultura e os espetáculos de natureza artística, suportando a despesa da taxa inerente à atividade, quando se justifique, das Associações e Entidades Culturais, avaliando caso a caso o interesse para a comunidade, à semelhança de outros municípios.» -----

----- Passou-se de imediato ao ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TAXA DE IMI RESPEITANTE AO ANO DE 2023 A LIQUIDAR EM 2024, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- Pediu a palavra o **Senhor Presidente da Câmara**, que esclareceu: Queria fazer uma referência que é uma medida importante que nós aprovámos, por unanimidade na Câmara, para as famílias, para os munícipes e significa uma devolução de quatrocentos e dois mil euros aos munícipes, pela redução do IMI. -----

----- O IMI, passar de zero trinta e cinco, para zero trinta, significa uma redução na prestação do IMI de treze e meio por cento. -----

----- Lembro que quando chegámos a este Município, a taxa era de zero vírgula quatro. Ou seja, entre a redução de zero quatro, para zero trinta e cinco e a redução agora de zero trinta e cinco para zero trinta, há um ganho anual, para as famílias, superior a oitocentos mil euros. Isto fazemo-lo também sem pôr em causa o equilíbrio das finanças municipais, justamente devido ao trabalho que tem sido feito por todos. -----

----- Ninguém mais querendo intervir neste ponto da Ordem dos Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- A Bancada da **Coligação Democrática Unitária**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Relativamente a este imposto, congratulamo-nos com a redução do quadro de ação da taxa mínima. -----

Salientamos, contudo, que a isenção e/ou a redução do IMI para as famílias numerosas, causam tratamento desigual entre famílias iguais, mas que não tiveram acesso à propriedade da habitação, promovendo um tratamento desigual entre famílias que têm as mesmas características e enfrentam os mesmos desafios e dificuldades diárias. -----

Importa olhar e tratar como igual o que é igual e como diferente o que é diferente.» -----

----- A Bancada do **Partido Social Democrata**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Relativamente ao ponto três da Ordem do Dia, votação da taxa de IMI respeitante ao ano de dois mil e vinte e três a liquidar em dois mil e vinte e quatro, os eleitos do PSD, na Assembleia

Municipal, votaram a favor, congratulando-se com o facto de, finalmente, o Partido Socialista ter considerado a proposta que há muitos anos o PSD vem fazendo, para baixar este imposto para a taxa mínima aplicável.» -----

----- O **Bloco de Esquerda**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: --

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Aprovamos a baixa da taxa de IMI para o valor proposto, o que deverá proporcionar algum alívio financeiro a Muitas famílias do concelho. -----

A baixa da taxa de IMI, é aliás, uma reivindicação antiga do Bloco de Esquerda. -----

No entanto, manifestamos a nossa discordância por no quadro da cobrança do IMI, haver um desconto para famílias numerosas. -----

Somos claros: as famílias numerosas devem ser particularmente apoiadas. Mas tal deverá ocorrer --- sim --- em sede de IRS, um imposto direto e progressivo que atende aos rendimentos globais e à composição do agregado familiar e, portanto, mais justo. -----

É injusto atribuir por igual um abatimento no IMI, a uma família de 5 pessoas (por exemplo) quer esta tenha um rendimento mensal de 7 mil euros, quer esta tenha apenas 2 mil mensais. Provavelmente, quem tem rendimentos elevados não deveria beneficiar da redução e quem ganha menos deveria pagar menos impostos. -----

Tal como nos é proposto, geram-se situações de iniquidade. -----

Apesar disto, aprovamos, como é obvio, a baixa da taxa de IMI, que é essencial da proposta apresentada.» -----

----- A Bancada do **Partido Socialista**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«A redução do IMI foi sempre uma bandeira do Partido Socialista. -----

Com reduções deste dois mil e treze e esta nova redução, irá ser deixado no bolso das famílias, no próximo ano, mais de oitocentos mil euros. -----

Isto só é possível com os investimentos de eficiência, que tem forte influência na despesa corrente. A substituição da iluminação pública por LED; os trabalhos na redução das perdas de água, por exemplo, permitem neste momento, de particular complexidade, apoiar efetivamente as famílias. -----

Infelizmente, o IMI só chega a quem tem casa própria. Pois bem, uma das medidas para ajudar a reduzir a exposição das famílias à especulação, foi bloqueadas, nesta mesma sala, pelo PSD e pelo Vereador do Chega. E é isso que lamentamos naquilo que concerne ao apoio às famílias nas políticas de habitação.» -----

----- Passou-se de imediato, ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IRS, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- Atendendo a que ninguém quis intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **dezasseis votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, **sete votos contra** do Partido Social Democrata. -----

----- A Bancada do **Partido Social Democrata**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal, votaram contra, considerando que, num ano de especiais dificuldades económicas e financeiras, se exigia ao Município maior parcimónia na execução da despesa, para prescindir da receita do IRS e assim aliviar financeiramente as famílias portuguesas.» -----

----- Passou-se de imediato ao ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA – COBRANÇA EM 2024 RELATIVA AO PERÍODO DE 2023, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Voltamos a ter aqui uma taxa de derrama que não valoriza. Se nós questionarmos (eu sei que o senhor excelentíssimo Presidente do município se vai refugiar que a autoridade tributária não envia estes números) mas se nós questionarmos quantas, verdadeiramente, das nossas empresas são isentas, quantas das nossas empresas, verdadeiramente, são beneficiárias de alguma coisa, não conseguiríamos saber, mas sabemos que muito poucas. Saberíamos e teríamos uma outra opinião acerca da taxa da derrama, que é conhecida e que, ano após ano, temos vindo a falar dela e não tem sido esta a postura do Município. -----

----- Assim sendo, não podemos votar favoravelmente esta Taxa de Derrama. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto cinco da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número cinco da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **treze votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, dois votos dos independentes, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; **nove votos contra**, sendo, sete votos do Partido Social Democrata, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular e um voto do Bloco de Esquerda e, **uma abstenção** do Partido Chega. --

----- A Bancada do **Bloco de Esquerda**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Não concordamos com a aplicação por igual da taxa máxima de 1,5 de derrama, seja a empresas grandes, seja a pequenos negócios familiares, com lucros muito baixos. -----

É certo que o Regulamento de aplicação da derrama admite uma redução da taxa de derrama, nalgumas circunstâncias. Simplesmente, os condicionalismos fixados neste Regulamento são tais que não conhecemos uma empresa que deles tenha beneficiado. Ou, a existirem, serão mesmo muito poucas. Não será por acaso que esta informação desapareceu dos documentos provisórios e da própria proposta sobre a taxa da derrama... -----

Portanto, achamos exagerado o valor da taxa que, na prática, será aplicado a oito, não discriminando positivamente os pequenos negócios.» -----

----- A Bancada do **Partido Social Democrata**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Relativamente a este ponto cinco da Ordem do Dia, os eleitos do PSD na Assembleia Municipal, também votaram contra este ponto, considerando que continua a ser essencial acompanhar as propostas dos vereadores do PSD, designadamente quanto a algumas isenções a empresas com menores resultados anuais. -----

Mais uma vez, estas propostas não foram consideradas e entendemos que, de facto, este imposto deverá ser extraordinário e não uma receita permanente.» -----

----- De imediato, passou-se ao ponto seis da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO - 2024 ao abrigo do artigo 25.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

- Atendendo a que ninguém se manifestou para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número seis da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **vinte e dois votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Socialista, sete votos do Partido Social Democrata, um voto do Centro Democrata Social - Partido Popular, um voto do Bloco de Esquerda, dois votos dos independentes, um voto do Partido Chega, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, **uma abstenção** da Coligação Democrática Unitária. -----

----- A Bancada da **Coligação Democrática Unitária**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Relativamente ao ponto seis, da votação do empréstimo a curto prazo, relativamente ao recurso à banca para gestão corrente da Câmara Municipal do Entroncamento e para o cumprimento da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, lamentamos a necessidade deste recurso, julgando que devia o Poder Central desenvolver mecanismos que permitissem anular esta dependência da sazonalidade das receitas, permitindo fazer a sua gestão de forma uniforme ao longo do ano, evitando as despesas adicionais e inerentes junto dos bancos, que se traduz em dinheiro público.» -----

----- Passou-se de seguida, ao ponto sete da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GOP 2024-2028, MAPA DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA 2024, ao abrigo do artigo 25.º e alínea c) do n.º 1 do artigo da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** questionou o Senhor Presidente da Câmara, se este pretendia fazer algum esclarecimento sobre o ponto que agora se irá debater e votar. -----

----- Pede a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Pedia, a benefício do cumprimento dos nossos horários (há pessoas na minha bancada que vão entrar agora ao serviço) alguma brevidade na reunião. É que todos tivemos acesso aos documentos e não costuma ser hábito o Presidente falar sobre este ponto, a menos que nós tenhamos dúvidas para lhe colocar. -----

----- Fez uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Engana-se. O Presidente apresenta o orçamento. Tem sido assim. E depois colocam as questões. -----

----- Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**: Gostava de começar por clarificar qual foi a metodologia que usámos para o planeamento e elaboração do orçamento 2024, dado que é o documento mais importante da Câmara e é aquele que é fundamental para a gestão do dia-à-dia. -----

----- No dia onze de outubro, foi enviado um e-mail a todos os partidos com acento no Órgão Executivo e Deliberativo, com o planeamento e cronograma do orçamento 2024 /2028. -----

----- Neste planeamento, para a elaboração do orçamento, estava previsto o dia vinte e dois de novembro para envio da versão final do documento para os senhores Vereadores. A reunião extraordinária de Câmara, a vinte e nove de novembro, para a sua discussão e aprovação, como veio a acontecer. Envio dos documentos para a Assembleia Municipal, de acordo com a Lei, em trinta de novembro, conforme determina a legislação em vigor. -----

----- Foi solicitado a todos os partidos a entrega de propostas até ao dia trinta de outubro, com o objetivo de todos os partidos terem oportunidade de as apresentar em reuniões que foram marcadas para o dia trinta e dia trinta e um. -----

----- Na primeira ronda de reuniões, estiveram presentes o Bloco de Esquerda, o PS, o CDS e o PSD. O Bloco de Esquerda, o PS e o CDS apresentaram propostas. Os restantes partidos não

manifestaram interesse na realização destas reuniões, ou não apresentaram qualquer proposta nesta altura. -----

----- Estava igualmente prevista uma segunda ronda de reuniões, já com o documento mais elaborado, que pudesse conter contributos dos partidos, como foi o caso dos contributos do CDS, ou do PS, ou do Bloco de Esquerda. Essas reuniões realizaram-se a quinze do novembro, com o Bloco de Esquerda, o PS e o partido Chega; Independentes, Carlos Monteiro, no dia dezasseis de novembro; Independente, Fernando Farinha, no dia dezassete de novembro; Com o CDS, a reunião foi realizada no dia vinte de novembro; com o PSD a reunião foi realizada no dia vinte e um de novembro, após a conclusão da reunião de Câmara; e com a CDU, a reunião foi realizada no dia vinte e dois de novembro, às nove horas. Lembro-me que o nosso planeamento implicava o envio do orçamento no dia vinte e dois de novembro, para os senhores Vereadores. -----

----- Todos os presentes tiveram acesso a uma apresentação do orçamento, que resume os aspetos fundamentais do orçamento, e uma cópia da proposta PPI a atividades mais relevantes para 2024/2028. -----

----- Os senhores Vereadores do PSD, na reunião realizada a vinte e um, apresentaram oralmente um conjunto de sugestões não quantificadas e sem identificação das fontes de financiamento. Várias dessas sugestões, apesar de não quantificadas, foram integradas no documento do orçamento agora em discussão. -----

----- O Vereador eleito pelo Chega, agora independente, não apresentou qualquer proposta, nem manifestou qualquer interesse em reunir sobre a elaboração do orçamento. -----

----- Este foi o cronograma que definimos relativamente à elaboração do orçamento, que é de facto um documento que é fundamental e que eu passo a apresentar de forma sucinta, apesar da sua importância. -----

----- Nós temos um orçamento que é o maior orçamento desde sempre da Câmara, por duas razões essencialmente: Pelos investimentos que estamos a realizar, recorrendo aos apoios ao nível do PRR ou outros (como é o caso do acordo interadministrativo com o Ministério da Administração Interna relativamente à Esquadra) e também, porque dois mil e vinte e quatro vai ser o primeiro ano em que as delegações de competências, sobretudo na área da educação, da saúde e da área social, vão estar em plenitude. E por isso nós temos um orçamento em que estas áreas, a descentralização de competências, significam cerca de três milhões de euros. Significa, na educação, cerca de dois milhões quinhentos e doze mil euros; na saúde, duzentos e setenta e seis mil e na área social, naquilo que representa a descentralização de competências duzentos e onze mil. -----

----- Dizer-vos também que, as grandes receitas, continuam a ser transferências correntes do Estado, oito milhões, impostos diretos quatro milhões e oitocentos e, venda de bens e serviços, correntes, três milhões seiscentos e setenta e quatro. Estamos a falar de venda de água, do saneamento e dos resíduos. Nós vendemos, mas também temos que pagar. -----

----- Ao nível das receitas de capital, nós temos, essencialmente, previsto a transferência de capital, associado aos investimentos que estamos a fazer ou que temos programado, por via dos financiamentos ou a 100% do PRR, ou 85 do 2020, ou a 100% de acordo com contrato interadministrativo celebrado com o Ministério da Administração Interna. -----

----- Também representam ao nível dos passivos financeiros, empréstimos já contratualizados, cerca de três milhões de euros. -----

----- Dizer que, como já disse há pouco, a redução da taxa de IMI, de trinta e cinco para zero três, representa um apoio anual na ordem dos quatrocentos e quatro mil euros às famílias e aos municípios do Entroncamento. -----

----- A atualização do tarifário dos setores regulados, água, saneamento, resíduos, foi feita com base nas orientações da ERSAR, quer pelo lado da receita, quer pelo lado do custo – três vírgula três por cento. -----

----- Podemos também referir, das transferências do Orçamento de Estado, é o FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro – aquele que tem um maior significado. Também neste orçamento vamos ter uma verba significativa, oitocentos e noventa e dois mil euros, provenientes dos Fundos de Coesão, que é uma verba muito irregular. -----

----- Relativamente à receita, ao nível dos investimentos, eu destaco a construção do Núcleo Habitacional, primeira fase, que está em execução, em que prevemos a realização de cerca de 50% durante o ano de 2024, ou seja, quatro milhões quinhentos e quarenta e sete mil. -----

----- A construção do Núcleo Habitacional, segunda fase, e aí é um valor menor porque ainda está em fase de conclusão e a empreitada ainda não foi lançada, cerca de dois milhões seiscentos e sessenta e quatro mil. -----

----- A reabilitação do Bairro Humberto Delgado, que se fará a maior parte em dois mil e vinte e quatro e uma pequena parte em dois mil e vinte e cinco, setecentos e quarenta e três mil seiscentos e sessenta e quatro euros. -----

----- Os empréstimos bancários que nós neste momento temos, destinam-se a fazer face à requalificação do Bairro do Boneco, que está em franco progresso a obra e estará concluída durante o primeiro semestre do próximo ano. -----

----- A construção das novas oficinas municipais, vamos iniciar brevemente, mas para a obra, para a qual nós não temos financiamento comunitário. -----

----- A requalificação do Bairro do Boneco, temos a expectativa que, a próxima ITI, que deve ser aprovado este mês, considere um financiamento a oitenta e cinco por cento. -----

----- Relativamente à despesa, queria realçar a despesa com pessoal que é mais significativa, quarenta e cinco vírgula oito por cento do total da despesa e que também, como já disse há pouco, neste momento, a despesa que temos com, por exemplo, pessoal da educação, temos cerca de cento e vinte e seis pessoas na educação, representa hoje um terço das remunerações que pagamos. -----

----- Por exemplo e só para terem também esta noção, a atualização do salário mínimo que já foi considerado neste orçamento para oitocentos e vinte. A atualização do salário mínimo vai ter um reflexo positivo em cinquenta e sete por cento do nosso efetivo. Duzentos e catorze funcionários nossos, só pelo facto de se aumentar o salário mínimo, vão ver o seu salário aumentado. -----

----- Já agora, também gostava de lembrar que o salário mínimo em dois mil e quinze, era quinhentos e cinco euros. A partir de um de janeiro, passa a ser oitocentos e vinte. É muito? É pouco? É uma subida considerável para quem tem um salário pequeno e, sobretudo, como disse, vai ter uma influência em cinquenta e sete por cento do nosso efetivo. É de facto, muitos funcionários que, felizmente, vão ver o seu salário atualizado, só pelo aumento do salário mínimo. -----

----- Ao nível das despesas da educação, saúde e desenvolvimento social, como disse há pouco, nós temos uma despesa na ordem de um terço do custo com os salários, trinta e três por cento. -----

----- Ao nível também da cultura e juventude, seiscentos e trinta e quatro mil. Gestão urbanística, um milhão setecentos e treze mil, etc. -----

----- Ao nível da aquisição de serviços, que é também uma outra rubrica muito importante, nós temos, por exemplo, os setores regulados, a aquisição de água, a aquisição de águas residuais, a aquisição do tratamento dos resíduos e, só estas três rubricas, somam perto de dois milhões. E, não são mais porque, entretanto, o Município fez importantes investimentos na racionalização da água, do saneamento e, não tanto nos RSU's, mas sobretudo na água e no saneamento. Nós temos hoje das taxas de perda mais baixas da nossa região e uma das mais baixas do nosso país. Isso dignifica todos quantos trabalham nesta casa todos os dias para melhorar o desempenho da Câmara Municipal. -----

----- Ao nível de energia e combustíveis, temos cerca de um milhão e quatrocentos mil. Embora, como todos saberão, estas rubricas sejam muito voláteis, na medida em que o aumento, a evolução dos preços, quer com a iluminação, quer com o gás, quer com o gasóleo,

depende de um conjunto de fatores que não dependem sequer de Portugal e, por isso, é uma estimativa de cerca de um milhão e quatrocentos mil. -----

----- Nós temos, por exemplo, para iluminação pública previsto trezentos mil euros, e se não tivessem sido os investimentos que fizemos na substituição da iluminação pública por LED's, todos a nossa iluminação está com tecnologia LED, provavelmente teríamos aqui de orçar um valor de um milhão ou mais. -----

----- Relativamente à educação, também há um conjunto de serviços que são muito relevantes. Por exemplo, nós temos refeições confeccionadas pré-escolar e primeiro ciclo, cerca de quatrocentos e trinta mil euros. Não sei se têm essa ideia, mas nós fornecemos de refeições, cerca de mil e quinhentas, mil e seiscentas refeições, ao nível do pré-escolar do primeiro ciclo e do segundo e terceiro ciclo e secundário. Temos vindo a fazer a experiência, com sucesso, ao nível do segundo e terceiro ciclo e secundário, através da gestão direta dos refeitórios, e volto a dizer, com sucesso. Prova disso, é por exemplo, na Rui de Andrade, aumentou muito o número de pessoas que comem lá. Inclusive, os funcionários e professores. -----

----- Também o PEDIM, noventa e sete mil; Atividades Extracurriculares, noventa e seis mil; Estudar na Cidade, noventa e três. Ou seja, um conjunto de programas que estão devidamente consolidados, que fazem a diferença e que cada vez mais contribuem para que a nossa cidade seja considerada, cada vez mais, uma cidade educadora. -----

----- Na cultura, continuamos a ter uma agenda constante que eu vou procurar que seja mais divulgada. E temos aqui também a principal iniciativa, que serão as festas da cidade, mas também o *Steam Punk Fest*, que tentaremos recuperar. -----

----- Queria referir que este ano, vamos ter, pela segunda vez no Entroncamento, o *Railway Summit*, ou seja, o encontro nacional e internacional da ferrovia mais importante de Portugal. Já o tivemos este ano, embora tenha sido conseguido em cima da hora, mas estamos a trabalhar e já temos a garantia de que a próxima edição de vinte e quatro, vai ser feita no Entroncamento, no Museu Nacional Ferroviário e esperamos, estamos também a trabalhar nesse sentido, que o Entroncamento seja a casa futura do *Railway Summit*. -----

----- Também ao nível do comércio, das comunicações, encargos com as cobranças de receitas, que são aquilo que temos de pagar à AT, como dizia o senhor Deputado Pedro Gonçalves, eles não nos dão informação, mas nós temos de pagar pelos serviços que nos prestam. -----

----- Estudo de implementação de videovigilância, trinta mil euros. Neste momento, já estão identificados os locais. Em conjunto com a Direção Distrital da PSP, estão identificados os locais onde serão instaladas as câmaras, está identificada a tecnologia a ser usada e agora está a ser preparado o dossier para submeter à entidade de gestão de proteção de dados. É um processo que vai ser longo, mas nós estamos a fazer o nosso caminho e relativamente adiantados. Para este ano temos aqui trinta mil euros, pensamos que não é preciso mais. -----

----- Também ao nível da Cyber Segurança estão aqui vinte e cinco mil euros. -----

----- Relativamente aos juros e outros encargos, nós temos de facto aqui algum aumento por via do aumento dos juros, como será do conhecimento de todos. Porque isto não afeta apenas os particulares, também afeta a Câmara Municipal. -----

----- Relativamente às transferências correntes, nós mantemos a nossa estratégia de, de forma sustentada, apoiarmos constantemente as nossas Associações, incluindo a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Entroncamento que, pela via de se iniciar a terceira equipa de intervenção permanente, a partir de janeiro, por essa via, só através das três equipas de intervenção permanente, o Município irá suportar um custo de cento e vinte e um mil oitocentos e cinquenta. Eu recordei que estas equipas de intervenção permanente, são financiadas em cinquenta por cento pelo Município e cinquenta por cento pela Autoridade de Emergência e Proteção Civil. -----

----- As restantes das Associações, foi aplicado o aumento de três vírgula três por cento aqui previsto no nosso orçamento. -----

----- Também ao nível de outras despesas correntes, eu chamo a atenção para o valor elevado que começamos a ter com as taxas de gestão de resíduos, por exemplo, a taxa de recursos hídricos. A taxa de gestão de resíduos, vai ser de cerca de noventa mil euros. Esta taxa será tanto mais baixa quanto maior for a nossa capacidade, enquanto cidadãos, de separar e reciclar os resíduos. -----

----- A taxa de recursos hídricos, a mesma coisa. Por exemplo, a taxa de gestão de resíduos, que para o ano temos previstos noventa mil euros, há quatro ou cinco anos seria vinte e cinco mil euros. -----

----- Relativamente aos investimentos e os principais investimentos, volto a referir, são a construção dos núcleos habitacionais - primeira fase – é um investimento previsto de oito vírgula oito milhões de euros, tem uma execução prevista de cinquenta por cento em dois mil e vinte e quatro e cinquenta por cento em dois mil e vinte e cinco. Financiamento a cem por cento pelo PRR. -----

----- Depois, construção de núcleos habitacionais – segunda fase – tem um valor previsto de dez milhões vírgula dois; Execução em vinte e quatro, prevista de vinte e seis vírgula um, e de vinte e cinco, setenta e três vírgula nove. Financiamento do PRR em cem por cento. -----

----- Edifício da Segurança Pública das Forças de Segurança – Esquadra da PSP, tem um valor de dois milhões e sete mil euros. Execução de noventa e cinco por cento em vinte e quatro e, quatro vírgula nove em vinte e cinco. Financiamento, neste caso, a cem por cento, através do contrato programa que assinámos com a Secretaria de Estado da Administração Interna e o Ministério de Administração Interna. -----

----- Também a requalificação do Bairro do Boneco está em curso e a execução será concluída em cem por cento, como disse há pouco, através de um financiamento bancário que fizemos, mas temos a expectativa, porque está previsto na nossa ITI, de ter um financiamento a oitenta e cinco por cento, logo que essa ITI seja aprovada. -----

----- A construção das novas oficinas municipais já concluímos a primeira parte. A partir de fevereiro, em princípio, os autocarros passarão a parquear lá e, a segunda fase, tem um investimento de dois vírgula um milhão de euros, tem a execução prevista em dois terços em vinte e quatro, e um terço em vinte e cinco. Aqui, é um financiamento através de fundos próprios ou financiamento bancário. -----

----- A conclusão de Alvará de Loteamento 1/2017, Quinta de Santo António, Casal da Galharda, nós já executámos a garantia bancária que tínhamos e vai ser financiado através dessa garantia bancária. Também já notificámos a entidade para reforçarem a garantia bancária face à discrepância dos preços de hoje com os preços da altura em que foi feito o projeto. Prevê-se uma execução em vinte e quatro de noventa e cinco por cento e concluída em vinte e cinco, com quatro vírgula oito por cento. -----

----- Também o Bairro Humberto Delgado, reabilitação dos blocos habitacionais – um milhão e cinquenta e cinco mil euros. É uma reabilitação no sentido de melhorar o interior destes apartamentos (tudo o que seja redes internas, casas de banho e cozinhas) e também a mobilidade, através da colocação de elevadores, para tornar mais fácil às pessoas com maior dificuldade de mobilidade, poderem aceder às suas casas. Uma execução em vinte e quatro de setenta por cento, em vinte e cinco de trinta por cento. Um financiamento do PRR também de cem por cento. -----

----- Principais projetos do PPI, também incluímos aqui a requalificação e construção da nova centralidade, que tem uma estimativa de cinco milhões e trezentos mil euros. Temos a expectativa que possa ser revertida a decisão que foi tomada e temos também a expectativa, logo que seja aprovada a ITI, tenha um financiamento de oitenta e cinco por cento a fundo perdido. -

----- Também está aqui, embora seja mais difícil, a manutenção do projeto da Sophia de Mello Breyner. Pode ser que consigamos algum entendimento nesse sentido. Também será financiado por fundo comunitários. -----

----- A requalificação da antiga Estrada Nacional 3, que temos aqui um duplo projeto: a requalificação do troço entre a rotunda do Chaimite (como agora é conhecida) e o limite do concelho e também a ligação (que será uma segunda fase) desta estrada à Rua Elias Garcia. Em vinte e quatro pensamos fazer um investimento na ordem dos setecentos cinquenta mil euros, em vinte e cinco uma coisa semelhante e o restante em vinte e seis. -----

----- Também outros projetos, como a aquisição de uma varredora urbana, que está em fase de conclusão através de leasing, duzentos e cinquenta e quatro mil euros. E também a instalação (vamos ver se é agora) do parque infantil no Jardim Afonso Serrão Lopes. -----

----- Também queria referir a nossa preocupação com a reabilitação e ampliação da Escola Secundária. Esta escola consta do mapeamento que foi negociado entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério de Educação e, por isso, tem financiamento garantido. Em vinte e quatro vamos desenvolver o projeto e pensamos que se faça esta obra em vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete. Aliás, já começámos a trabalhar no projeto. -----

----- Depois, outras transferências ao nível da CIMT. -----

----- Relativamente aos passivos financeiros, nós continuamos a amortizar a dívida que tínhamos, que herdámos, e vamos este ano amortizar mais oitocentos e vinte mil euros. Se por acaso tivermos necessidade de contratualizar o empréstimo a curto prazo, como está previsto, seiscentos mil euros, esse empréstimo também tem de ser amortizado até ao final do ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Estes são os tópicos que queria partilhar com os senhores deputados. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Ricardo Antunes**: Foi extensa, naquilo que era possível tornar sucinto, a intervenção do Presidente, porque efetivamente é um documento bastante relevante. -----

----- Eu queria dar nota também de algumas intervenções que foram enviadas ao Executivo, todas sem grande dimensão, nomeadamente a revisão das medidas de mitigação em meio urbano e que julgo que, a generalidade delas, estarão acolhidas. -----

----- Em relação às grandes opções, são grandes projetos que já estão todos eles lançados e acho que é de valorizar aqui, naturalmente, o crescimento do orçamento com a consolidação da transferência de competências, em que temos um terço do quadro de pessoal afeto a essas áreas, que são de extrema relevância e que, muitas vezes, fogem do debate aqui na Assembleia Municipal. -----

----- Posto isto, também só queria dar pequenas notas. Acho que foi explícito o suficiente. -----

----- Gosto muito de ver algo que também se estava a tornar identitário, que é a recuperação do *Steam Punk* e, a valorização de um excelente negócio que o Município fez, para poder também ter alguma intervenção naquilo que é o fenómeno que nós conhecemos da especulação imobiliária, que foi a aquisição da Quinta de Santo António, por um valor muito abaixo do valor de mercado e agora a realização das obras das infraestruturas com a garantia bancária. ----

----- Outra questão que também é de saudar, é a alocação da varredora urbana que, efetivamente, faz muita falta, até para a otimização dos recursos naquilo que é a manutenção de uma cidade limpa. -----

----- O orçamento é equilibrado, corresponde àquilo que também já vai sendo apanágio do Partido Socialista, que é financiar despesas de capital com receita corrente. E, por essa mesma razão, julgamos que, podendo acomodar diversas perspetivas também, e tentou fazê-lo, julgo que é um documento que deve merecer aprovação desta Assembleia. -----

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Estamos perante um orçamento em que, a nós, agrada-nos algumas coisas, outras nada. -----

----- Acreditamos, e hoje vimos aqui explanado que tantas vezes nós votámos contra a descentralização aqui nesta Assembleia Municipal (pelo menos nós, falo CDS) rejeitando, dentro da medida do possível, porque hoje reflete-se que estamos com entradas, sim, de dinheiro substancial, porém, não acredito que, com os aumentos dos salários, com tudo, vamos conseguir suprir todas essas necessidades. Acredito que são curtas, em algumas, mesmo

atendendo às reais necessidades e, esta desresponsabilização do Governo para as Autarquias, não é de todo o que se pretendia desta maneira. -----

----- Nós Não podemos votar favoravelmente este orçamento por algumas questões. E uma delas, é que nós já fomos a Cidade do Desporto e, neste momento, estamos com 1,8% da Cidade do Desporto. Obviamente tem aqui grandes obras e benfeitorias que nós, inclusivamente ajudámos para que elas cá estivessem. Temos o programa da videovigilância que, durante anos, temos estado aqui a defendê-lo. Porém, não temos, neste momento, a capacidade de olhar e nos reconhecer por inteiro neste orçamento. -----

----- Reconhecemos algumas das virtudes, reconhecemos que noutras coisas vai pouco além. Acreditamos que o comércio, a indústria mereciam ter outro tipo de prioridade. Principalmente comércio, indústria e também o desporto. Há aqui um ligeiro aumento na cultura, porém, quando vamos ver qual é a real cultura que aparece, espremido, não nos permite que tenhamos aqui um real aumento. Há um aumento muito pouco residual. Havia necessidade de estruturar aqui algumas rubricas de despesa, também o comunicámos e, nesse sentido, iremo-nos abster. –

----- Pediu a palavra o Senhor **deputado Pedro Gomes**: Quero fazer aqui um reforço daquilo que é o investimento na educação e naquilo que é a concessão que estamos a dar aos nossos jovens. Não sei se todos nós tivemos acesso ao documento, mas para terem uma noção, o Município está a gastar quarenta e quatro mil euros anual só com o leite escolar e acho que é fundamental também para os jovens e para os estudantes da nossa cidade. -----

----- Também reforçar aqui aquilo que é o programa Estudar na Cidade, que são noventa e três mil euros também, é um aumento substancial àquilo que estava planeado inicialmente; -----

----- A gestão dos relatórios escolares, portanto, queria congratular aqui o Município pela elaboração deste orçamento e esperar que seja aprovado, porque é uma mais-valia para o Entroncamento. -----

----- Atendendo a que mais ninguém pretendeu intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou este ponto à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número sete da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria com voto de qualidade do Presidente da Assembleia**, com **dez votos a favor**, sendo oito votos do Partido Socialista, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; **dez votos contra**, sendo sete votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes e um voto da Coligação Democrática Unitária e, **3 abstenções**, sendo uma do Centro Democrata Social - Partido Popular, uma do Bloco de Esquerda e uma do Partido Chega. -----

----- A Bancada do **Bloco de Esquerda**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«O Bloco de Esquerda não ignora o contexto em que este orçamento passou na Câmara Municipal, com um executivo dividido por crispações muitas vezes estéreis. -----

Foi atendendo a esta correlação de forças que, em tempo oportuno e quando para tal fomos solicitados, apresentámos um conjunto de propostas mínimas para votarmos favoravelmente o orçamento e as grandes opções do plano. São propostas extraídas do nosso programa eleitoral, que obviamente continuamos a defender. -----

Vejamos, uma por uma. -----

Defendemos a construção da Biblioteca Municipal – o investimento neste equipamento fundamental pra o concelho desapareceu do orçamento, embora (é certo) apareça mencionada nas opções, a par da construção de uma nova praça publica central nas áreas adjacentes ao Museu Nacional Ferroviário -----

Acrescente-se, aliás, que ao mais do que depauperado fundo bibliográfico da atual biblioteca são apenas atribuídos uns escassos 5 mil euros, para todo o ano. Compare-se com as verbas atribuídas as festasolras várias. -----

Propusemos a adoção de um plano de construção de habitação a renda social e/ou acessível – proposta parcialmente incluído com a construção dos Blocos. O investimento nas 100 novas habitações desapareceu do orçamento. Também de há muito vimos defendendo a execução de um plano de arborização da cidade, como forma de mitigar os efeitos das alterações climáticas e tornar mais agradáveis e amigáveis os espaços urbanos. Não está contemplado no orçamento. Aliás os investimentos em espaços verdes são reduzidos. -----

Propusemos a adoção da gratuidade nos transportes públicos urbanos, uma medida impactante na promoção da mobilidade pública, com redução do uso do transporte individual e perfeitamente acomodável do ponto de vista financeiro. Foi recusada a nossa proposta. -----

Defendemos a disponibilização de novas hortas municipais, por razões de saúde, educação e mesmo económicas. Opção também não inscrita em orçamento. -----

Numa ponderação global desta proposta, registamos a baixa do IMI, uma medida justa, apesar das reservas que nos merece a redução nesta sede do imposto sobre famílias numerosas, famílias que deveriam ser beneficiadas, sim, no quadro do IRS. -----

Esta redução da taxa do IMI representa significa um apoio anual às famílias estimado em 404 mil euros, um valor expressivo. -----

É contemplada em orçamento a construção da esquadra da PSP, nos moldes conhecidos, assim como as novas oficinas municipais. Como referimos, são construídos alguns blocos habitacionais e requalificados os prédios da Rua Humberto Delgado. Estamos de acordo, são investimentos que fazem muita falta e devem avançar. -----

Também registamos com agrado, a implementação de um “sistema de monitorização vocacionado para a gestão de redes e controlo de perdas de água”. A redução das perdas de água na rede pública é um objetivo em linha com as preocupações ambientais que o Bloco vem colocando na agenda política local. -----

Uma nota final para os 755 mil euros a despendar em tratamento dos RSU, recolha e lavagem de contentores. É muito dinheiro por um mau serviço, com resíduos que frequentemente ultrapassam a capacidade de contentores sujos e transbordar. É tempo de ser exigente com o operador ou de procurar alternativas mais eficazes. -----

Tudo ponderado, não chega para merecer o nosso voto favorável.» -----

*----- A Bancada do **Partido Social Democrata**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----*

DECLARAÇÃO DE VOTO

«Em relação a este ponto sete, os eleitos do PSD na Assembleia Municipal, votaram contra o orçamento, considerando que: -----

Mais uma vez, este não é o orçamento em que o PSD se revê, nem contém qualquer proposta relevante apresentada por qualquer membro da oposição. -----

O PSD, enquanto segunda força política no concelho, com igual número de representantes no Executivo, continua a não ser consultado, nem ouvido sobre as matérias que estrategicamente marcarão a evolução e o futuro da cidade. -----

O exemplo mais evidente desta lacuna na comunicação da governação local socialista, foi o da proposta para a construção das muito faladas cem novas habitações a custos controlados. Sem se atender à opinião dos restantes partidos e sobretudo sem atender às necessidades jussante em matéria de educação, saúde e segurança, e sem sequer se ter em conta a noção de coesão territorial na comunidade a que pertence o concelho, designadamente, e especialmente caracterizado, por ser o que tem a menor área geográfica e a maior densidade populacional. –

E pasme-se, chocou-se o Partido Socialista com o exercício legítimo de voto em democracia e a posição política frontal assumida pelo PSD. Então, por maioria de razão, também o PSD se pode chocar com a ligeireza com que este orçamento trata o tema da Escola Sophia de Mello Breyner, remetendo, para dois mil e vinte e cinco, o eventual grande investimento na mesma. –

Também o PSD se pode chocar, com a previsão de despesa para a construção de habitação social, quando a segunda fase da mesma ainda nem sequer está aprovada pelo Executivo. -----

Também o PSD se pode chocar, que num ano especial de dificuldades económicas e financeiras, o Município não prescinda da receita do IRS, para aliviar financeiramente as famílias portuguesas. -----

E também o PSD se pode chocar, que a derrama não tenha acompanhado as propostas apresentadas pelo PSD, designadamente quanto a algumas isenções a empresas com menores resultados financeiros anuais. -----

E também ainda nos podemos chocar, que neste enquadramento se apresentem para uma cega aprovação, rubricas orçamentais de outros, na ordem de muitos milhares de euros sem qualquer fundamento ou justificação. -----

Neste orçamento continua a não existir um planeamento estratégico que ofereça novas perspectivas de desenvolvimento sustentado para o concelho. -----

Continua o Partido Socialista a impor e a não perceber que governar para o povo, é gerir com parcimónia a despesa e não apenas a receita. -----

Continua a não perceber que é preciso diálogo, com disponibilidade e humildade e uma atitude colaborativa e construtiva face a todos os eleitos locais. Respeitando a proporção dos eleitos que resultaram dos votos que a população determinou. -----

E por fim, que fique muito claro, que os votos dos eleitos do PSD nesta Assembleia Municipal, foi praticado no exercício legítimo dos poderes fiscalizadores e não se extraia, por civilidade democrática que se solicita, nenhuma outra intenção, ou eventual atrito político /partidário, ou de outra natureza. -----

Com este voto, manifestamos sobretudo a legítima exigência de, para o bem da cidade, começar a existir respeito e outra atitude do Partido Socialista. -----

E registe-se com especial atenção, que hoje, o orçamento só foi aprovado com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal. É muito sintomático e peço a todos que tenham sobre isto especial atenção. A bem da cidade.» -----

*----- A Bancada da **Coligação Democrática Unitária**, solicitou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto: -----*

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«Acerca do ponto sete, a votação do orçamento, a CDU vota contra porque este orçamento não é de todo o orçamento que queremos para o Entroncamento. -----

Este orçamento não espelha o nosso programa eleitoral e as nossas aspirações para a nossa terra e as suas gentes. -----

Não podemos concordar com a existência das políticas que têm sido seguidas e que nos têm trazido até aqui. -----

A substituição dos agentes responsáveis em cada área, a saúde, a educação, a habitação, a segurança pública, a delegação de obrigações, recolha de resíduos, limpeza urbana, transportes, infraestruturas. -----

Aceitar este orçamento, é aceitar ter o Município dependente de forças políticas locais, a tomar decisões que deviam ser tomadas pelo Poder Central. -----

A degradação e a qualidade de vida e a degradação do nosso Município, é evidente.» -----

*----- O Senhor **deputado independente, Fernando Farinha**, enviou a seguinte declaração de voto: -----*

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

«O meu voto é contra, porque não concordo com o rumo que se está a ser dado a este Município (CME). Estrategicamente bem localizado, concelho de dimensão reduzida em termos de área e com aumento populacional significativo verificado nos últimos anos, e com pouca oferta de trabalho. -----

Dito isto, não estou nada de acordo em matéria da Habitação, ainda que, com uso das ditas clausulas, não ia dar certo. Todas essas verbas devem ser pensadas para outras realidades, mas não a do Entroncamento. -----

Em relação a Segurança, essa responsabilidade não cabe apenas às forças da ordem, á contrário, é necessário um estreito envolvimento de todas as autoridades de modo ao fornecimento de dados, quanto é sabido, existem ilegais no nosso conselho, daí, a estratégia podia começar por haver um controlo mais apertado nessa matéria, sob forma de troca de informações, obviamente tendo em linha de conta o respeito pela dignidade humana, porque se não soubermos a população que temos, quais as suas raízes culturais, quais as suas deficiências isso poderá acarretar-nos alguns dissabores futuramente. Acho que o presente executivo trata esta matéria de forma muito passiva, mesmo ter tido em conta as tão discutidas futuras "câmaras de Videovigilância e as novas instalações da PSP. -----

Estes foram os pontos principais pela minha decisão de votar contra o Orçamento.» -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto oito da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

“CONTRATO DE COOPERAÇÃO INTERADMINISTRATIVO PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA NOVA ESQUADRA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (assinado); (assinatura do contrato Interadministrativo) -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia**, questionou todos os deputados no sentido de alguém querer manifestar-se sobre este assunto. -----

----- Atendendo a que ninguém manifestou interesse em intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia** registou que a Assembleia Municipal do Entroncamento, tomou conhecimento do ponto oito da Ordem de Trabalhos - Assinatura do contrato interadministrativo de cooperação para Obras de Construção da Nova Esquadra da Polícia de Segurança Pública. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu: Foi recebida na Câmara e eu enviei para todos, a informação da disponibilidade de um bilhete para o espetáculo “A Viagem” no Casino Estoril, no dia vinte e oito de janeiro. -----

----- Informar também que enviei, para os senhores deputados da Comissão Permanente, uma proposta que fiquei de fazer, e fiz, de regulamento eleitoral para a Assembleia Municipal Jovem do Entroncamento e eu tenho de enviar isso a toda a equipa, às escolas. Se está bem, peço-lhes que digam que está bem, eu fico satisfeito. Mas se querem alterar alguma coisa, peço que alterem, mas mandem-me isso para eu poder dar andamento na próxima semana. -----

----- Pediu a palavra a Senhora **deputada Paula Carloto**: Só para lhe dar nota do seguinte: Como deve saber, assim como alguns de nós, esta semana tivemos intermunicipal, preparações e eu não tive ocasião, mas amanhã já tenciono ver isso. -----

----- Voltou ao uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Eu e toda a equipa, desejamos a todos os senhores deputados, senhores vereadores, um Feliz Natal, um bom Ano. Um ano de dois mil e vinte e quatro cheio de sucessos e de felicidade, com muita saúde para todos aqui presentes, para as suas famílias, aos trabalhadores da Câmara que estão aqui connosco e a quem nos ouve. Feliz Natal para todos, Boas Festas e um Ano Feliz para todos nós. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinco minutos. -----

----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----

----- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário:

Elaborada por
Ana Paula Rosão – Assistente Técnica